

Procedômio Advocacia e Consultoria Jurídica
Dr. José Francisco Procedômio da Silva
OAB/PI Nº 12.813

PROCURAÇÃO AD JUDITIA

OUTORGANTE: <u>Mariande Tatiana Barbosa de Oliveira</u>		
Nacionalidade: Brasileira	Estado Civil: <u>Solteira</u>	Profissão: <u>Dolar</u>
RG nº: <u>4.499.165-SSPIPI</u>	CPF/MF nº: <u>616.135.293-17</u>	
Endereço: <u>Residencial Anete de Moraes, Bd. 53, Casa 24, Bairro: Renascença, Cidade de Teresina - PI, CEP: 64.082-130</u>		

OUTORGADO: JOSE FRANCISCO PROCEDOMIO DA SILVA E MARIA DO CARMO PROCEDOMIO DA SILVA

Nacionalidade: Brasileira (o) Estado Civil: Solteiro (a)

RG nº: 2.684.877 - SSP/PI RG nº: 1.457.994-SSP/PI

CPF/MF nº: 023.365.163-22

CPF/MF nº: 703.754.703-44

Profissão: Advogado/ Bacharel em Direito OAB/PI Nº 12.813.

Endereço Profissional: Rua Henrique Dias - 790, Vermelha, Teresina - PI (CEP: 64019-330).

PODERES: Pelo presente instrumento particular de procuração, com fulcro no Princípio da Inafastabilidade da Jurisdição, previsto no art. 5º, XXXV, da constituição federal, e nos moldes do art. 595 do CC, nomeia e constitui seu bastante procurador o advogado acima qualificado, então Outorgado, a quem confere amplos poderes para o foro em geral, com a cláusula ad - judicia, conforme o art. 5º da lei nº 8.906/94 e art. 105 do NCPC, podendo agir junto às repartições públicas Federais, Estaduais e Municipais, em qualquer Juízo, Instância ou Tribunal, bem como os especiais para confessar, transigir, desistir, receber e dar quitação, firmar compromissos, prestar declaração de pobreza na forma do artigo primeiro da Lei nº 7.115/83, REQUERER DECLARAÇÕES EM ÓRGÃOS PÚBLICOS e substabelecer está em quem lhe convier, com ou sem reservas com o fim específico de propor Ação de Cobrança de Indenização de Seguro DPVAT por Morte Advindos por Acidente de Trânsito

Teresina - PI, 23 de Junho de 2019.

Mariande Tatiana Barbosa de Oliveira

-Outorgante-

Rua Henrique Dias, Nº 790 - Bairro: Vermelha - Teresina - PI - (CEP: 64.019-330)

Fone: (086) 99528-6961/ 99817-4512

E-mail: procedomio@hotmail.com



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ
SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA
INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO "JOÃO DE DEUS MARTINS"




Mariana de Fátima B. de Oliveira
1131479

ASSINATURA DO TITULAR
CARTEIRA DE IDENTIDADE

VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL	4.499.165	DATA DE EXPEDIÇÃO	10/11/16
NOME	MARIANA DE FÁTIMA BARBOSA DE OLIVEIRA		
FILIAÇÃO	MARIA DE FÁTIMA BARBOSA DE OLIVEIRA JOSÉ RIBAMAR DE OLIVEIRA		
NATURALIDADE	CAMPO MAIOR-PI	DATA DE NASCIMENTO	22/10/1993
DOC. ORDEM	CENT.NASC. 216306 L 259 F 568		
EXP. TERESINA-PI	27/12/93		
1131479	116.135.293-17		
ASSINATURA DO DETENTOR		<i>Mariana de Fátima B. de Oliveira</i>	
LEI Nº 7.116 DE 28/05/93 - DECRETO Nº 24.264/93			





REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS

CERTIDÃO DE NASCIMENTO

NOME
JAILSON BARBOSA DE OLIVEIRA SOUSA FILHO

CPF
SEM INFORMAÇÃO

MATRÍCULA
148064 01 55 2018 1 00495 022 0334087- 89
(LIVRO A: 495 TERMO: 334087 FOLHA: 22)

DATA DE NASCIMENTO POR EXTENSO
DEZENOVE DO MÊS DE DEZEMBRO DO ANO DE DOIS MIL E DEZESSETE

DIA MÊS ANO
19 12 2017

HORA DE NASCIMENTO
22:27

NATURALIDADE
TERESINA-PI

MUNICÍPIO DE REGISTRO E UNIDADE DA FEDERAÇÃO
TERESINA-PI

LOCAL, MUNICÍPIO DE NASCIMENTO E UF
MATERNIDADE WALL FERRAZ, TERESINA-PI

SEXO
MASCULINO

FILIAÇÃO

MARIANA DE FÁTIMA BARBOSA DE OLIVEIRA, natural de TERESINA-PI, residente e domiciliada no(a) CONJ.RES. DEUS QUER Q -20 CASA 51, BOM PRINCÍPIO, TERESINA-PI
JAILSON SOUSA DE SOUSA (FALECIDO), natural de ZÉ DOCA-MA, residente e domiciliado no(a) RESIDENCIAL DEUS QUER, QUADRA 20, CASA 51, BOM PRINCÍPIO, TERESINA-PI

AVÓS

MARIA DE FÁTIMA BARBOSA DE OLIVEIRA
JOSÉ RIBAMAR DE OLIVEIRA
MARIA DAS GRAÇAS DE SOUSA PINTO
JOSÉ WILSON RODRIGUES DE SOUSA

GÊMEOS

NÃO

NOME E MATRÍCULA DOS GÊMEOS
SEM INFORMAÇÃO

DATA DO REGISTRO POR EXTENSO

CINCO DO MÊS DE JANEIRO DO ANO DE DOIS MIL E DEZOITO

NÚMERO DA DNV/DECLARAÇÃO DE NASCIMENTO VIVO
30590210329

AVERBAÇÕES/ANOTAÇÕES A ACRESCER

(INSCRITO(A) NO CPF-SOB Nº: 09352608337)(A) CONFORME INSTRUÇÃO NORMATIVA RFB Nº 1548/15.)

NOME DO ÓCIO: 1º OFÍCIO DO REGISTRO CIVIL

ORÇAL

REGISTRADOR: ANTONIO UBIRATAN VIEIRA

MUNICÍPIO: TERESINA-PI

ENDEREÇO: RUA LISANDRO NOGUEIRA Nº 1384 CENTRO-NORTE

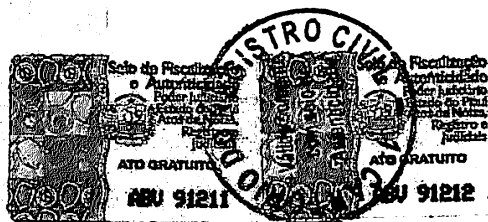
TELEFONE: (88)3222-3168

E-MAIL: carteriodora@hotmail.com

O conteúdo da certidão é verdadeiro. Dou fé.
Data e local: TERESINA-PI, 30 de Novembro de 2018.

Assinatura do Oficial

2ª VIA



Marilúcia Vieira Paulo Frazão
Escriturã Substituta
1º Ofício do Registro Civil
Teresina-PI

ARPENBRASIL AA 010884612 BRP

Eletrobras
Distribuição Piauí

Para contato com a
Eletrobras, informe
o NÚMERO

SEU CÓDIGO

0531623-5

COMPANHIA ENERGÉTICA DO PIAUÍ
Av. Maranhão 759 - Centro/Sil - Teresina - PI
CNPJ: 06.840.748/0001-99 | Insc. Estadual: 19.201.243-5
Nota Fiscal / Conta de Energia Elétrica - Semee 6-1
Regime especial da empresa autorizada pela ANEEL 06/09

Nº da Nota Fiscal 003014126

A Tarifa Social da Energia Elétrica - TSEE - é concedida
pela Lei nº 10.438 de 26 de abril de 2002.

CONTA MÊS	VENCIMENTO	CONSUMO (KWH)	TOTAL A PAGAR (R\$)
MARÇO/2018	20/03/2018	129	104,66

MARIA DE FATIMA BARBOSA
R5 JANETE DE MORAES SOUSA S/N Q-53 C-24 RENASCENÇA
CPF: 00039565068391
CEP: 64.082-130 - TERESINA
ROT: 8.001.71.58.175900

DADOS DA LECTURA		DATA DA LECTURA
Atual:	15404	13/03/2018
Anterior:	15275	08/02/2018
Constante de Multiplicação:	1,000	12/04/2018
Consumo Medido:	129	09/03/2018
Consumo Faturado:	129	13/03/2018

NORMAL

33

DADOS DA UNIDADE CONSUMIDORA					
Classe/Subclasse	Ligação	Número Medidor	Posto	Código Tar.	Média 12 meses
RESIDENCIAL	MONO	A497188		1.1.1.1	131

HISTÓRICO (KWH)	DESCRIÇÃO DA CONTA	
Mês/ano consumo		
FEV/18	73	CONSUMO 129 A R\$ 0,735940 = 94,93
JAN/18	118	CONTR. ILUMINACAO PUB. (COSIP) 8,57
DEZ/17	146	CORRECAO MONETARIA IG 02/18-00 0,04
NOV/17	102	MULTA POR ATRASO 02/18-00 1,07
OUT/17	96	JUROS DE HORA DE IMPO 02/18-00 0,05
SET/17	89	
AGO/17	273	
JUL/17	65	
JUN/17	63	
MAI/17	154	
TARIFA SEM TRIBUTOS:		
0 A 129 - 0,554090		

COMBATA O MOSQUITO DA DENGUE, ZIKA E CHIKUNGUNYA GOVERNO FEDERAL
COMBATA O MOSQUITO DA DENGUE, ZIKA E CHIKUNGUNYA GOVERNO FEDERAL
LIGUE 0800 086 0800 E FAÇA OPÇÃO VENCIMENTO 1 5 10 15 20 25
Parabéns! Até o dia 09/03/2018, não constatamos faturas vencidas
nessa Unidade Consumidora.

RESERVADO AO FISCO FE74.A35B.009C.9F29.01FD.29B0.8A2C.F14D

COMPOSIÇÃO DA CONTA (R\$)		IMPOSTOS/TRIBUTOS (R\$)	
Distribuição	20,41	Base de Cálculo:	94,93
Energia:	38,80	Alíquota ICMS:	20,00%
Transmissão:	6,10	Valor do ICMS:	18,98
Encargos:	6,18	Valor do PIS:	0,79
Tributos:	23,44	Valor do COFINS:	3,67

INDICADORES DE CONTINUIDADE							
0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
0,00			0,00				0,00
						01/2018	0,00

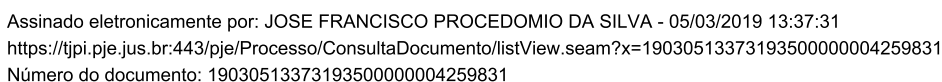


DECLARAÇÃO DE HIPOSSUFICIÊNCIA

Mariam de Fatima Barbosa de Oliveira
Brasileiro (a) Salteira Do Lar
RG nº: 4.499.165-SSPIPS CPF/MF nº: 616.135.293-17
Endereço: Residência: Juncos de Moraes, Qd-53, Casa 24, Bairro:
Renascença, Cidade de Teresina-PI, CEP 64.082-130
DECLARA para os fins de obtenção de **ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA**
GRATUITA que é reconhecidamente pobre no sentido legal, não tendo
recursos que lhe permitam custear as despesas referentes a um
processo judicial de Cobrança de
Ação de Cobrança de Indenização de Seguro DEVIDA por Morte Aduindo, por Sem o
prejuízo de seu próprio sustento, vez que recebe mensalmente a
quantia de R\$: 500,00 (Quinhentos reais)
e que está necessitando com urgência do fim de ver seu direito
líquido e certo amparado pela Justiça, tudo nos termos da Lei
7.115/83, com a redação que lhe deu a Lei 7.510/86 e 1060/50,
ofício circular 187/2013, art. 98, do CPC/15 e art. 5º, LXXIV,
da CF/88, juntando para tanto os documentos probatórios
necessários anexadas a esta presente declaração.

Teresina-PI, 23 de Junho de 2019.

reparação da Setina Berberis da Quissira
(CPF 616.135.293-27)





ESTADO DO PIAUÍ
PODER JUDICIÁRIO
CORREGEDORIA GERAL DA JUSTIÇA
GABINETE DA SECRETÁRIA

Ofício Circular n. 187/2013-CGJ

Teresina (PI), 09 de maio de 2013.

Aos Senhores Juízes de Direito do Estado do Piauí

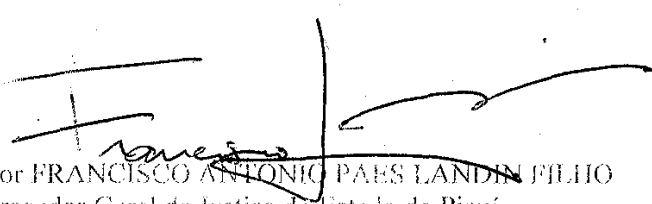
Assunto: PP n. 0000214-33.2013.8.18.0139. Orientação.

Senhores(as) Juizes(as),

Ao cumprimentá-los, tendo em mira *decisum* do augusto Conselho Nacional de Justiça no PCA n. 200910000039601 - da Relatoria do Cons. José Adonis Calhou de Araújo Sá; o estatuído na Lei Federal n. 1.060/50; o princípio do livre acesso à Justiça; o princípio da reserva material; o princípio da ampla defesa; e o Parecer da Consultoria Jurídica deste Órgão de Correição exarado no Pedido de Providências n. 0000214-33.2013.8.18.0139 - proposto pela Presidência da OAB/PI, que pode ser acessado, na íntegra, na página desta Corregedoria Geral da Justiça na *internet*, ao qual atribuo **força normativa, oriento** os meritíssimos Senhores Juizes de Direito do Estado do Piauí a concederem o benefício da "gratuidade da Justiça" também nas ações patrocinadas por advogado particular, quando atendidos os requisitos previstos na Lei Federal n. 1.060/50.

Cumpra-se.

Atenciosamente,


Desembargador FRANCISCO ANTONIO PAES LANDIM FILHO
Corregedor Geral da Justiça do Estado do Piauí





TRIBUNAL DE JUSTIÇA ESTADO DO PIAUÍ - CORREGEDORIA
Registro...: 0087235 Data: 01/03/2013 às 12:58
Requerente: Emitente VICE-PRESIDENTE DA OAB/EXERCÍCIO.
Assunto...: ENCAMINHAMENTO
Título...: OF.N.051/2013-PEDIDO DE REDDENHAÇÃO/CNJ.
Destino...: SECRETARIO DA CORREGEDORIA
Servidor resp pelo cad: 005

Ofício nº 051/2013-GP

De ordem,
Teresina (PI), 27 de fevereiro de 2013.

*At SCP, para autuar e
registrar. Qui/04/03/13*

A Sua Excelência o Senhor
Francisco Antônio Paes Landim Filho
Corregedor Geral de Justiça do Estado do Piauí
Praça Des. Edgard Nogueira, s/n, Centro Cívico
CEP 64000-830
Teresina-PI

Dra. Nubia Fontenele de Carvalho Cordeiro
Secretária da Corregedoria Geral da Justiça



Assunto: Pedido de recomendação. Cumprimento da decisão do CNJ no PCA nº 200910000039601. Benefício da justiça gratuita. Advogado particular. Possibilidade.

Excelentíssimo Senhor Corregedor,

A Ordem dos Advogados do Brasil – Seção Piauí, por intermédio de sua Presidente em exercício, vem respeitosamente à presença de Vossa Excelência expor e requer o que segue:

A advocacia piauiense tem enfrentado obstáculos indevidos quando da atuação em causas *pro bono*, ou seja, naqueles feitos em que o profissional representa o jurisdicionado de forma voluntária e gratuita.

Invariavelmente, tal atuação se dá em favor de pessoas necessitadas ou de instituições beneficentes, que não tem condições de arcar com os custos do processo judicial - aí se incluindo honorários advocatícios contratuais e taxas judiciais - sem prejuízo ao sustento próprio e/ou da sua família e, no caso daquelas pessoas jurídicas, sem que sua atividade social seja afetada.

214-33.2013

Rua Gov. Tiberio Nunes, s/n
Cep. 64000-750 Teresina-Piauí
Fonê: (86) 2107-5800





Em face disso, alguns advogados demandam sem uma necessária contraprestação pecuniária, notadamente quando se sensibilizam com a situação de dificuldade enfrentada por tais jurisdicionados, cumprindo assim com seu múnus público¹ e colaborando com a efetivação do princípio constitucional do acesso à justiça. Ainda com esse fim, faz-se necessário postular, em causas dessa espécie, a concessão do benefício da **gratuidade da justiça**, coadunando-se com os postulados constitucionais e com o disposto na Lei 1.060/50.

Entretanto, muitos magistrados indeferem a isenção de custas processuais sob o argumento de que tal benefício seria incompatível com a advocacia privada, restringindo a sua concessão à pessoas representadas pela Defensoria Pública.

Data vênia, tal entendimento mostra-se totalmente dissociado da realidade dos fatos, além de não compreender o real significado da advocacia *pro bono*. Outrossim, do ponto de vista processual, revela descabida intromissão na relação cliente-advogado.

Vale dizer que tal matéria já foi debatida e dirimida no âmbito do Conselho Nacional de Justiça, a partir da impugnação de ato administrativo outrora baixado por essa Corregedoria local, conforme se depreende do julgado assim ementado:

EMENTA: PROCEDIMENTO DE CONTROLE ADMINISTRATIVO. TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PIAUÍ. PROVIMENTO 019/2006. ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA. RESTRIÇÃO AO PATROCÍNIO DA CAUSA PELA DEFENSORIA PÚBLICA. IMPOSSIBILIDADE.
1. Pretensão de invalidação parcial do Provimento nº 019/2006, da

¹ A Lei 8.906/94 (Estatuto da Advocacia e da OAB), alinhando-se ao art. 133 da Constituição Federal, assim dispõe:

Art. 2º O advogado é indispensável à administração da justiça.

§ 1º No seu ministério privado, o advogado presta serviço público e exerce função social.

§ 2º No processo judicial, o advogado contribui, na postulação de decisão favorável ao seu constituinte, ao convencimento do julgador, e seus atos constituem múnus público.

Rua Gov. Tibério Nunes, s/n
Cep 64000-750 Teresina-Piauí
Fones: (86) 2107 5800





Corregedoria de Justiça do Estado do Piauí, que estabelece restrição de acesso à assistência judiciária gratuita, permitindo o processamento dos feitos apenas para as partes assistidas por membros da Defensoria Pública.

2. A Lei nº 1060/50 não condicionou o benefício da assistência judiciária ao necessário patrocínio da causa pela Defensoria Pública.

3. A restrição, tal como posta, inviabiliza o instituto da advocacia voluntária, reconhecidamente incentivado por este CNJ (Resolução nº 62/2009), e outras eventuais formas de prestação de assistência jurídica. Procedência do pedido para desconstituição do ato questionado. (Procedimento de Controle Administrativo nº. 200910000039601 - Relator: Conselheiro José Adonis Callou de Araújo Sá. Requerente: Francysllanne Roberta Lima Ferreira. Requerido: Corregedoria Geral de Justiça do Estado do Piauí - 91ª Sessão - j. 29/09/2009 - DJU nº 190/2009 em 05/10/2009 p. 05)

E em razão das ainda frequentes restrições encontradas quando da atuação voluntária dos advogados, faz-se necessário que essa douta Corregedoria adote providências no sentido de dar aplicabilidade ao julgado acima referida, renovando orientação aos Magistrados piauienses no sentido de atuarem em conformidade com o decidido pelo CNJ.

Por todo o exposto, a OAB/PI requer a Vossa Excelência a expedição de ato que dê plena e inequívoca ciência a todos os Juízes de Direito do Estado do Piauí acerca da decisão proferida pelo Conselho Nacional de Justiça no âmbito do Procedimento de Controle Administrativo nº 200910000039601, recomendando que os Magistrados se abstenham de restringir indevidamente o acesso à justiça, autorizando a concessão do benefício da gratuidade da justiça também nas causas patrocinadas por advogado particular quando atendidos os requisitos previstos na Lei 1.060/50.

No ensejo, externamos votos de elevado respeito.

Atenciosamente,

Eduarda Mourão Eduardo Pereira de Miranda
Vice-Presidente da OAB/PI (Presidente em exercício)

Rua Gov. Tiberio Nunes, s/n
Cep 64000-750 Teresina-Piauí
Fones: (86) 2107 5800



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PIAUÍ
SECRETARIA DA CORREGEDORIA GERAL DA JUSTIÇA DA COMARCA DE TERESINA



PROCESSO Nº 0000214-33.2013.8.18.0139

CLASSE: Pedido de Providências

REQUERENTE: EDUARDA MOURÃO EDUARDO PEREIRA DE MIRANDA,
VICE-PRESIDENTE DA OAB-PI (PRESIDENTE EM EXERCÍCIO)

RÉU:

CERTIDÃO

Aos 12/03/2013, recebi o presente expediente, autuei e registrei no Sistema ThemisWeb sob o nº 0000214-33.2013.8.18.0139, nos termos do Provimento nº 019/2004 do Sr. Des. Corregedor Geral da Justiça. Do que lavrei o presente termo que vai devidamente assinado. Dou fé.

Teresina, 12 de março de 2013

MICHELINE JORGE CHAVES CALLAND LEITE
Oficial de Gabinete - Mat. nº 0016730

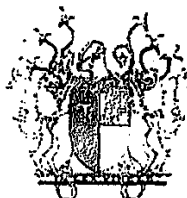
CONCLUSÃO

Nesta data, faço estes autos conclusos a(o) Exmo(a). Sr(a). Des(a). Corregedor(a) Geral da Justiça. Do que, para constar, lavro este termo.

Teresina, 12 de março de 2013

ANTÔNIA MARIA BORGES FERNANDES FRANCO
Secretário(a)





**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PIAUÍ
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA**

PEDIDO DE PROVIDÊNCIAS Nº 0000214-33.2013.8.18.0139

REQUERENTE: VICE-PRESIDENTE DA OAB/PI – EDUARDA MOURÃO EDUARDO PEREIRA DE MIRANDA

REQUERIDA: CORREGEDORIA GERAL DA JUSTIÇA DO PIAUÍ

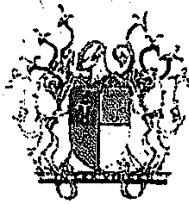
PARECER

PEDIDO DE PROVIDÊNCIAS. CONCESSÃO DO BENEFÍCIO DA ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA GRATUITA TAMBÉM NAS CAUSAS PATROCINADAS POR ADVOGADO PARTICULAR, QUANDO ATENDIDOS OS REQUISITOS PREVISTOS NA LEI Nº 1050/60. CONCLUSÃO PELO DEFERIMENTO DO PEDIDO. NECESSIDADE DE EXPEDIÇÃO DE ATO ADMINISTRATIVO PELA CORREGEDORIA A FIM DE ORIENTAR OS MAGISTRADOS VINCULADOS AO TRIBUNAL.

Trata-se de PEDIDO DE PROVIDÊNCIAS deduzido pela ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL – SECÇÃO PIAUÍ, por meio de sua Vice-Presidente, no exercício da Presidência, EDUARDA MOURÃO EDUARDO PEREIRA DE MIRANDA, por meio do qual se insurge contra o Provimento 019/2006, editado por esta Corregedoria Geral de Justiça, no que se refere à limitação do acesso à assistência judiciária gratuita, permitindo o processamento dos feitos apenas para as partes assistidas pela Defensoria Pública.

A Requerente sustenta, em síntese, que: *i)* a advocacia piauiense tem enfrentado obstáculos indevidos quando da atuação em feitos nos quais o profissional representa o jurisdicionado de forma voluntária e gratuita; *ii)* tal atuação





**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PIAUÍ
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA**

se dá em favor de pessoas necessitadas ou instituições beneficentes, que não têm condições de arcar com os custos do processo judicial sem prejuízo do sustento próprio e de sua família ou sem que sua atividade social seja afetada; *iii*) em face disso, alguns advogados demandam sem uma necessária contraprestação pecuniária, notadamente quando sensibilizados com a situação de dificuldade enfrentada por tais jurisdicionados, cumprindo, assim, o seu múnus público e colaborando com a efetivação do princípio constitucional do acesso à justiça; *iv*) nestes casos, faz-se necessário postular a concessão do benefício da gratuidade da justiça, em conformidade com os postulados constitucionais e com o disposto na Lei nº 1.060/50; *v*) a referida isenção é repetidamente indeferida por muitos magistrados sob o argumento de que tal benefício seria incompatível com a advocacia privada, restringindo-se a sua concessão a pessoas representadas pela Defensoria Pública; *vi*) tal entendimento mostra-se totalmente dissociado da realidade dos fatos pois, além de não compreender o real significado da advocacia *pro bono*, revela uma descabida intromissão na relação cliente-advogado; *vii*) a matéria já foi debatida e dirimida no âmbito do Conselho Nacional de Justiça em face de impugnação de ato administrativo anteriormente baixado por esta Corregedoria; *ix*) em razão das ainda frequentes restrições encontradas quando da atuação voluntária dos advogados, faz-se necessário a adoção de providências por parte da CGJ/PI no sentido de dar aplicabilidade à decisão do CNJ, *"renovando orientação aos magistrados piauiense no sentido de atuarem em conformidade com o decidido pelo CNJ"* (fls. 04).

Por fim, pugna pela expedição de ato que dê plena e inequívoca ciência a todos os juizes de direito do Estado do Piauí sobre a decisão proferida pelo CNJ no Procedimento de Controle Administrativo nº 200910000039601, recomendando que os magistrados se abstenham de restringir indevidamente o acesso à justiça, autorizando a concessão do benefício da gratuidade da justiça também nas causas patrocinadas por advogado particular quando atendidos os requisitos previstos na Lei nº 1.060/50.





**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PIAUÍ
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA**

In casu, o cerne da questão jurídica diz respeito em saber se diante de decisão proferida pelo Conselho Nacional de Justiça – CNJ em sede de Procedimento de Controle Administrativo, o qual julgou procedente pedido de invalidação parcial do Provimento nº 019/2006, editado por esta Corregedoria, desconstituindo os itens 1 e 2 do Capítulo IV, deve esta Corregedoria expedir ato dando ciência a todos os magistrados vinculados ao TJPI do conteúdo da decisão, recomendando que se abstenham de restringir indevidamente o acesso à justiça, autorizando a concessão do benefício da gratuidade da justiça também nas causas patrocinadas por advogado particular quando atendidos os requisitos previstos na Lei nº 1.060/50.

**- CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA – CONTROLE ADMINISTRATIVO E
FINANCEIRO DO PODER JUDICIÁRIO - COMPETÊNCIA**

A Constituição Federal de 1988, quando trata dos órgãos do Poder Judiciário, estabelece em seu art. 103-B, o qual foi introduzido pela Emenda Constitucional nº 45/2004, a composição, o funcionamento e a competência do Conselho Nacional de Justiça - CNJ, órgão de controle administrativo e financeiro.

Com efeito, ao CNJ não compete atuar como revisor de decisões judiciais, pois no exercício de suas funções jurisdicionais os magistrados devem agir com absoluta autonomia e independência na formação de suas convicções.

De outra parte, no exercício do controle administrativo e financeiro, compete ao CNJ, além de outras atribuições, zelar pela observância dos princípios e regras inerentes à Administração Pública, bem como apreciar, de ofício ou mediante provocação, a legalidade dos atos administrativos praticados por membros ou órgãos do Poder Judiciário, podendo, inclusive, desconstituí-los, revê-los ou fixar prazos para que se adotem as providências necessárias ao exato cumprimento da lei, conforme dispõe o art. 103-B, § 4º, inciso II, da CF/88, *verbis*:





**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PIAUÍ
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA**

Art. 103-B. O Conselho Nacional de Justiça compõe-se de 15 (quinze) membros com mandato de 2 (dois) anos, admitida 1 (uma) recondução, sendo:

(...)

§ 4º Compete ao Conselho o controle da atuação administrativa e financeira do Poder Judiciário e do cumprimento dos deveres funcionais dos juízes, cabendo-lhe, além de outras atribuições que lhe forem conferidas pelo Estatuto da Magistratura:

(...)

II - zelar pela observância do art. 37 e apreciar, de ofício ou mediante provocação, a legalidade dos atos administrativos praticados por membros ou órgãos do Poder Judiciário, podendo desconstituí-los, revê-los ou fixar prazo para que se adotem as providências necessárias ao exato cumprimento da lei, sem prejuízo da competência do Tribunal de Contas da União; (grifo nosso)

No mesmo sentido, o Regimento Interno do CNJ quando dispõe sobre a competência do Plenário, *in verbis*:

Art. 19. Ao Plenário do Conselho compete o controle da atuação administrativa e financeira do Poder Judiciário e do cumprimento dos deveres funcionais dos magistrados, cabendo-lhe, além de outras atribuições que lhe forem conferidas pelo Estatuto da Magistratura, o seguinte:

(...)

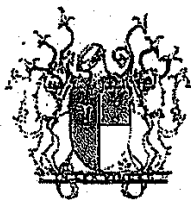
II - zelar pela observância do art. 37 da Constituição Federal e apreciar, de ofício ou mediante provocação, a legalidade dos atos administrativos praticados por membros ou órgãos do Poder Judiciário, podendo desconstituí-los, revê-los ou fixar prazo para que se adotem as providências necessárias ao exato cumprimento da lei, sem prejuízo da competência do Tribunal de Contas da União e dos Tribunais de Contas dos Estados; (grifo nosso)

Assim, a legalidade dos atos administrativos praticados por membros ou órgãos do Poder Judiciário poderá ser apreciada pelo Plenário do CNJ, o qual poderá ainda desconstituir ou rever o ato, como também fixar prazo para a adoção de providências necessárias ao exato cumprimento da lei.

- O PROCEDIMENTO DE CONTROLE ADMINISTRATIVO

O Regimento Interno do CNJ, quando trata dos diversos tipos de processos admitidos no âmbito daquele Conselho, preceitua que o controle de atos





**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PIAUÍ
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA**

administrativos poderá ser feito mediante provocação da parte, através de pedido escrito, o qual será autuado e distribuído a um Relator e após a oitiva da autoridade que praticou o ato, não ilidido o fundamento do pedido, o Plenário poderá sustar a execução do ato, desconstituí-lo ou determinar a sua revisão, *verbis*:

“DO PROCEDIMENTO DE CONTROLE ADMINISTRATIVO

Art. 95. O controle dos atos administrativos praticados por membros ou órgãos do Poder Judiciário será exercido pelo Plenário do Conselho, de ofício ou mediante provocação, sempre que restarem contrariados os princípios estabelecidos no art. 37 da Constituição, especialmente os de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, sem prejuízo da competência do Tribunal de Contas da União.

Parágrafo único. Não será admitido o controle de atos administrativos praticados há mais de cinco anos.

Art. 96. O pedido, que deverá ser formulado por escrito e com indicação clara e precisa do ato impugnado, será autuado e distribuído a um Relator.

Art. 97. A instauração de ofício do procedimento de controle administrativo poderá ser determinada pelo Conselho, mediante proposição de Conselheiro, do Procurador-Geral da República ou do Presidente do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil.

Art. 98. O Relator determinará a oitiva da autoridade que praticou o ato impugnado e, por edital, dos eventuais beneficiários de seus efeitos, no prazo de quinze dias.

Art. 99. Não ilidido o fundamento do pedido, o Plenário determinará:

I – sustação da execução do ato impugnado;

II – a desconstituição ou a revisão do respectivo ato administrativo.

Parágrafo único. O Plenário poderá fixar prazos para que se adotem as providências necessárias ao exato cumprimento da lei ou dos atos do Conselho.

Art. 100. Aplicam-se ao procedimento previsto neste capítulo, no que couber, as regras previstas na Lei nº 9.784/99.”

Assim, o Procedimento de Controle Administrativo é espécie processual que objetiva o controle de legalidade dos atos administrativos praticados por membros e Órgãos do Poder Judiciário, sendo indispensável que o interessado demonstre a ilegalidade do ato atacado, quer por vício em sua formação, quer por afronta ao ordenamento jurídico.

Com efeito, o Provimento nº 19/2006 dispõe sobre a distribuição dos processos na Comarca de Campo Maior/PI, a competência dos Cartórios, institui a





**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PIAUÍ
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA**

informatização nas suas rotinas forenses e dá outras providências, estabelecendo em seu Capítulo IV, itens 1 e 2, o seguinte:

"IV – DA ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA

1. Em cada um dos Cartórios, funcionará Seção da Assistência Judiciária, que terá competência para processamento de feitos cuja parte autora seja necessitada e que sejam subscritos, exclusivamente, por membros da Defensoria Pública.
2. Considera-se necessitado todo aquele cuja situação econômica não lhe permita pagar as custas do processo e os honorários de advogados, sem prejuízo próprio e de sua família e que esteja assistido por órgão da Defensoria Pública."

Pelo que se depreende dos fatos, o Procedimento de Controle Administrativo instaurado junto ao CNJ, em referência na inicial do presente Pedido de Providências, Processo nº 200910000039601, impugnou ato administrativo expedido com a finalidade de otimizar a prestação jurisdicional exclusivamente na Comarca de Campo Maior-PI, o qual optou por considerar necessitado para fins de obtenção do benefício da assistência judiciária apenas aqueles cuja situação econômica não lhes permita pagar as custas do processo e os honorários advocatícios e que estejam assistidos pela Defensoria Pública.

A decisão, por sua vez, sob o fundamento de que a opção pela assistência jurídica por advogado contratado não é suficiente para afastar a justiça gratuita, na linha de entendimento do Superior Tribunal de Justiça, julgou procedente o pedido formulado, desconstituindo os itens 1 e 2, do Capítulo IV, do referido provimento.

Entretanto, a questão que se coloca é se a decisão acima deve ser estendida e observada por todos os magistrados vinculados a este E. Tribunal, devendo esta Corregedoria expedir ato dando ciência da decisão e recomendando





**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PIAUÍ
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA**

que o benefício da gratuidade da justiça seja concedido quando atendidos os requisitos previstos na Lei nº 1.060/50.

Com efeito, a Lei nº 1060/50 estabelece normas para a concessão de assistência judiciária aos necessitados, exigindo como condição para o exercício do benefício tão somente a afirmação da situação de necessitado, ou seja, que a parte não está em condições de pagar as custas do processo e os honorários de advogado, sem prejuízo próprio ou de sua família (art. 4º).

Entretanto, a lei não estabeleceu o requisito de forma desmedida. Registrou que a presunção dessa condição é relativa, podendo ser contrariada tanto pela parte adversa, por meio de impugnação, quanto pelo juiz, de ofício, desde que este tenha razões fundadas (arts. 7º e 8º).

Outro ponto importante, que merece ser destacado e está contemplado *expressis verbis* na lei citada, é o que diz respeito ao direito que é assegurado ao necessitado de ser assistido, em juízo, por advogado da sua escolha, *verbis*:

"Art. 5º. O juiz, se não tiver fundadas razões para indeferir o pedido, deverá julgá-lo de plano, motivando ou não o deferimento dentro do prazo de setenta e duas horas.

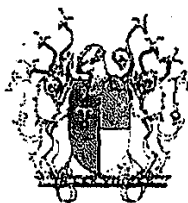
(...)

§ 4º. Será preferido para a defesa da causa o advogado que o interessado indicar e que declare aceitar o encargo.

(...)."

Assim, não deixa de ter direito à assistência judiciária a parte que indicou advogado, não estando obrigada para gozar do benefício a recorrer aos serviços da Defensoria Pública.





**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PIAUÍ
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA**

Nesse sentido, recentes julgados do Superior Tribunal de Justiça, *ipsis*

verbis:

PROCESSUAL CIVIL. JUSTIÇA GRATUITA. DECLARAÇÃO DE POBREZA. PRESUNÇÃO RELATIVA. EXIGÊNCIA DE COMPROVAÇÃO. ADMISSIBILIDADE.

1. A declaração de pobreza, com o intuito de obter os benefícios da assistência judiciária gratuita, goza de presunção relativa, admitindo, portanto, prova em contrário.

2. Para o deferimento da gratuidade de justiça, não pode o juiz se balizar apenas na remuneração auferida, no patrimônio imobiliário, na contratação de advogado particular pelo requerente (gratuidade de justiça difere de assistência judiciária), ou seja, apenas nas suas receitas. Imprescindível fazer o cotejo das condições econômico-financeiras com as despesas correntes utilizadas para preservar o sustento próprio e o da família.

3. Dessa forma, o magistrado, ao analisar o pedido de gratuidade, nos termos do art. 5º da Lei 1.060/1950, perquirirá sobre as reais condições econômico-financeiras do requerente, podendo solicitar que comprove nos autos que não pode arcar com as despesas processuais e com os honorários de sucumbência. Precedentes do STJ.

4. Agravo Regimental não provido.

(AgRg no AREsp 257.029/RS, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 05/02/2013, DJe 15/02/2013)

PROCESSUAL CIVIL. AÇÃO MONITÓRIA. COBRANÇA DE HONORÁRIOS CONTRATUAIS. CONTRATANTE QUE LITIGARA SOB A PROTEÇÃO DA JUSTIÇA GRATUITA. IRRELEVÂNCIA. VERBA QUE NÃO É ALCANÇADA PELOS BENEFÍCIOS CONCEDIDOS PELA LEI N. 1.060/50.

1. "Nada impede a parte de obter os benefícios da assistência judiciária e ser representada por advogado particular que indique, hipótese em que, havendo a celebração de contrato com previsão de pagamento de honorários ad exito, estes serão devidos, independentemente da sua situação econômica ser modificada pelo resultado final da ação, não se aplicando a isenção prevista no art.3º, V, da Lei nº 1.060/50, presumindo-se que a esta renunciou" (REsp 1.153.163/RS, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, TERCEIRA TURMA, julgado em 26/6/2012, DJe 2/8/2012).

2. Entendimento contrário tem a virtualidade de fazer com que a decisão que concede a gratuidade de justiça apanhe ato extraprocessual e pretérito, qual seja o próprio contrato celebrado entre o advogado e o cliente, interpretação que vulnera a cláusula de sobredireito da intangibilidade do ato jurídico perfeito (CF/88, art. 5º, inciso XXXVI; LINDB, art. 6º).

3. Ademais, estender os benefícios da justiça gratuita aos honorários contratuais, retirando do causídico a merecida remuneração pelo serviço prestado, não viabiliza,





**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PIAUÍ
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA**

absolutamente, maior acesso do hipossuficiente ao Judiciário. Antes, dificulta-o, pois não haverá advogado que aceitará patrocinar os interesses de necessitados para ser remunerado posteriormente com amparo em cláusula contratual ad exitum, circunstância que, a um só tempo, também fomentará a procura pelas Defensorias Públicas, com inegável prejuízo à coletividade de pessoas - igualmente necessitadas - que delas precisam.

4. Recurso especial provido.

(Resp 1065782/RS, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, julgado em 07/03/2013, DJe 22/03/2013)

PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. AÇÃO ORDINÁRIA. GRATUIDADE DE JUSTIÇA. VIOLAÇÃO A DISPOSITIVO CONSTITUCIONAL. ANÁLISE. IMPOSSIBILIDADE. COMPETÊNCIA DO STF. DECLARAÇÃO DE INSUFICIÊNCIA DE RECURSOS DO REQUERENTE. PRESUNÇÃO IURIS TANTUM. CONTRARIEDADE. PARTE ADVERSA E JUIZ, DE OFÍCIO, DECORRENTE DE FUNDADAS RAZÕES. CRITÉRIOS OBJETIVOS.

1. Trata-se de recurso especial cuja controvérsia orbita em torno da concessão do benefício da gratuidade de justiça.

2. O STJ, em sede de recurso especial, conforme delimitação de competência estabelecida pelo artigo 105, III, da Constituição Federal de 1988, destina-se a uniformizar a interpretação do direito infraconstitucional federal, razão pela qual é defeso, em seu bojo, o exame de matéria constitucional, cuja competência é do STF.

3. Há violação dos artigos 2º e 4º da Lei n. 1.060/50, quando os critérios utilizados pelo magistrado para indeferir o benefício revestem-se de caráter subjetivo, ou seja, criados pelo próprio julgador, e pelos quais não se consegue inferir se o pagamento pelo Jurisdicionado das despesas com o processo e dos honorários irá ou não prejudicar o seu sustento e o de sua família.

4. A constatação da condição de necessitado e a declaração da falta de condições para pagar as despesas processuais e os honorários advocatícios erigem presunção relativa em favor do requerente, uma vez que esta pode ser contrariada tanto pela parte adversa quanto pelo juiz, de ofício, desde que este tenha razões fundadas.

5. Para o indeferimento da gratuidade de justiça, conforme disposto no artigo 5º da Lei n. 1.060/50, o magistrado, ao analisar o pedido, perquirirá sobre as reais condições econômico-financeiras do requerente, podendo solicitar que comprove nos autos que não pode arcar com as despesas processuais e com os honorários de sucumbência. Isso porque, a fundamentação para a desconstituição da presunção estabelecida pela lei de gratuidade de justiça exige perquirir, in concreto, a atual situação financeira do requerente.

6. No caso dos autos, os elementos utilizados pelas instâncias de origem para indeferir o pedido de justiça gratuita foram: a remuneração percebida e a contratação de advogado particular. Tais elementos não são suficientes para se concluir que os recorrentes detêm condições de arcar com as despesas processuais e honorários de sucumbência sem prejuízo dos próprios sustentos e os de suas respectivas famílias.





**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PIAUÍ
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA**

7. Recurso especial provido, para cassar o acórdão de origem por falta de fundamentação, a fim de que seja apreciado o pedido de gratuidade de justiça nos termos dos artigos 4º e 5º da Lei n.1.060/50. (REsp 1196941/SP, Rel. Ministro BENEDITO GONÇALVES, PRIMEIRA TURMA, julgado em 15/03/2011, DJe 23/03/2011) (Grifos nosso)

Destarte, na esteira dos precedentes acima transcritos, para que a parte goze dos benefícios da assistência judiciária gratuita independe do fato de estar assistida por membro da Defensoria Pública ou por advogado particular. Para tanto, bastará uma simples afirmação, na própria petição inicial, de que não está em condições de arcar com as custas do processo e os honorários de advogado, sem prejuízo próprio ou da família, podendo, contudo, tal afirmação ser contrariada tanto pela parte adversa quanto pelo juiz, na forma prevista na lei que rege a matéria.

Cumpre, ainda, ressaltar que a Lei 1060/50 foi recepcionada pela Constituição Federal de 1988 em seu artigo 5º, inciso LXXIV, como direito fundamental: "o Estado prestará assistência jurídica integral e gratuita aos que comprovarem insuficiência de recursos".

Ademais, limitar o acesso à assistência jurídica gratuita àqueles que estiverem assistidos pela Defensoria Pública restringe direitos, violando o direito fundamental de pleno acesso à Justiça, e ofende o Princípio da Reserva Legal, nos termos dos arts. 5º, inciso XXXV, 22, inciso I, 24, inciso XI, da Constituição Federal, *verbis*:

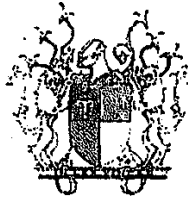
Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:

XXXV - a lei não excluirá da apreciação do Poder Judiciário lesão ou ameaça a direito;

Art. 22. Compete privativamente à União legislar sobre:

I - direito civil, comercial, penal, processual, eleitoral, agrário, marítimo, aeronáutico, espacial e do trabalho;





**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PIAUÍ
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA**

Art. 24. Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar
concorrentemente sobre:
XI - procedimentos em matéria processual;

Finalmente, diante do exposto, somos pelo DEFERIMENTO do pedido, no sentido de que seja expedido por esta CGJ/PI ato administrativo orientando os magistrados que para concessão do benefício da assistência judiciária seja exigido da parte apenas a presença do estado de pobreza, ou seja, a impossibilidade de arcar com as custas do processo e honorários advocatícios, não importando a qualidade do advogado, se público ou particular, nos termos previstos na Lei nº 1050/60 e conforme precedentes do C. Superior Tribunal de Justiça e do Conselho Nacional de Justiça.

É o parecer, sob censura.

Teresina (PI), 29 de abril de 2013.

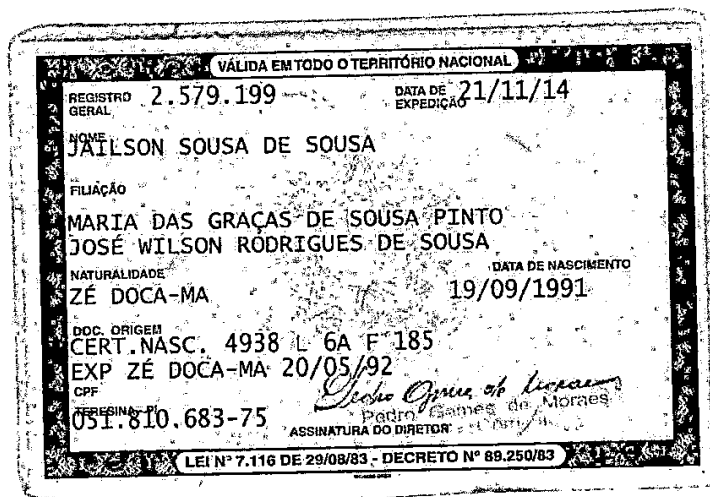
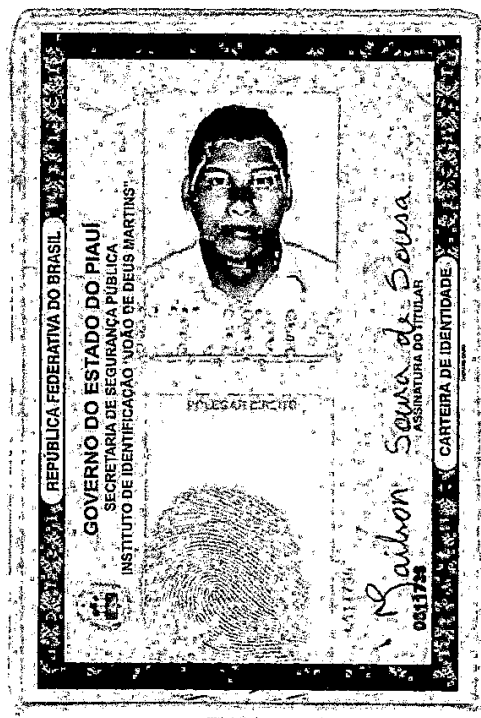
BEL. PAULO SÍLVIO MOURÃO VERAS
Consultor Jurídico da CGJ/PI



GT, em 09.05.2013

Agora o ~~proposto~~
Parecer, de Conselho
Técnico de Engenharia
Civil de Inter. Pi, para
atendimento - que se to
matéria, para ~~isto~~
o fim de direito.





REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



ESTADO DO

CARTÓRIO DO REGISTRO CIVIL

COMARCA DE SANTA INES

CERTIDÃO DE NASCIMENTO Nº 4.938

O ESCRIVÃO

MARIA DE LOURDES S. GUSMÃO DE OLIVEIRA

CERTIFICO que às fls. 185 e 186 do livro nº 06-A-11 do REGISTRO

DE NASCIMENTO foliavado o de JAILSON SOUSA DE SOUSA e de setembro de mil nove

centos e noventa e um (19.09.1991) nascido aos dezasseis de setembro de mil nove

centos e noventa e um (19.09.1991) às 12:00 horas em 23 DCC-LARANHEIRO e de

sexo Masculino e de cor de filho e de

de JOSÉ WILSON RODRIGUES DE SOUSA e de

de MARIA DAS GRACAS DE SOUSA PINTO e de

sendo avós paternos José Pedro Pereira da Silva e de

e Teresa Rodrigues de Sousa e de

e maternos Domingos Ferreira de Sousa e de

e Francisca de Carvalho de Sousa e de

Foi declarante O pai e de

serviram de testemunhas Jeremias Roseno Machado e Benedito Franca Cunha e de

Observações Sendo o único deste prenome e o 7º na ordem de filiação.

O referido é verdade e dou fé.

26 DCC-MÁ, 20 de Maio de 19 92

OFICIAL

Carmona Lima de

Escrivão Substituto

**SECRETARIA DE SEGURANÇA DO PIAUÍ****INSTITUTO DE MEDICINA LEGAL "Gerardo Vasconcelos"**

Rua Francisca de Melo Lôbo, s/n.º Sacy - Fone: 86 3220 7373

TERESINA-PI CEP: 64020-190 CNPJ: 06.553.549/0001-90

**LAUDO DE EXAME PERICIAL - LAUDO CADAVERÍCO-ACID TRÁFEGO****Identificação do Laudo:**

Pag: 1 de 1

Código: 98846	Tipo: LAUDO CADAVERÍCO-ACID	Requerente: CENTRAL DE FLAGRANTES	Cidade: TERESINA-PI
Data Requisição: 16/05/2017	Remeter para: DEL. ESP. DE ACIDENTE DE TRANSITO	Data Exame: 16/05/2017	Hora Exame: 09:50
Local Exame: I.M.L.			Emissão do Laudo: 19/07/2017 01:20:11

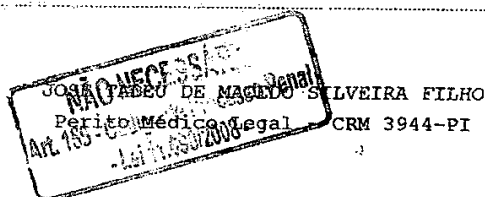
Identificação do Periciando:

Código: 83282	Nome: JAILSON SOUSA DE SOUSA	Nacionalidade: Brasileira	Cor: BRANCA
Dt. Cadastro: 16/05/2017	Endereço: QD 20 CS 51 RES. DEUS QUER - BOM PRINCÍPIO - TERESINA - PI		
Mãe: MARIA DAS GRACAS DE SOUSA PINTO		Pai: JOSE WILSON RODRIGUES DE SOUSA	
CPF: 051.810.683-75	RG: 2579199-SSP PI	Registro Nascimento:	
Profissão: COMERCIANTE	Nascimento: 19/09/1991	Idade(anos): 25	Sexo: M
		Estado Civil: Solteiro(a)	

LAUDO:

P R E Â M B U L O: No dia, hora e local acima referidos, os peritos designados pelo Ilustríssimo Coordenador Estadual do Instituto de Medicina Legal "Gerardo Vasconcelos", IMLGV, Janiel Sérgio de Sousa Guedes - Perito Criminal, nos termos do art. 178 do Código de Processo Penal, para procederem ao Exame de Corpo de Delito descrito acima do periciando também já qualificado. Em face do que viram e observaram passaram a descrever com verdade e com todas as circunstâncias o que encontraram e, bem assim, esclarecerem tudo quanto possa interessar. **HISTÓRICO:** Cadáver procedente do hospital "Professor Zenon Rocha" nesta capital, onde falecera às 00:30 horas de hoje, dia 16 de maio de 2017, vítima de acidente de trânsito, conforme informações prestadas por irmã da vítima. **DESCRIÇÃO:** Cadáver do sexo masculino, da cor parda, compleição regular, com diminuição da temperatura corpórea, exibindo manchas de hipóstase nas regiões posteriores do corpo, em estado de rigidez muscular post-mortem incompleta além de palidez cutânea e de mucosas e edema generalizado. Exibe mancha equimótica roxa em região orbitária direita e esquerda (equimose de depósito - sinal do guaxinim - traumatismo crânio-encefálico); ferimento contuso no dorso do terço distal do antebraço esquerdo com exposição óssea; ferimento contuso na face anterior do terço distal da coxa esquerda com exposição óssea; necrose de membro inferior esquerdo e escoriações na face, no tronco e nos membros superiores e inferiores. Exame de corpo de delito indireto (prova documental - prontuário hospitalar - HUT - 405530) demonstra ainda que o periciando sofrera traumatismo cranioencefálico com pneumoencefalo; fratura de maxilares e mandíbula; comprova fratura exposta de ossos do antebraço e fêmur esquerdos, além de infecção de partes moles que evoluiu para septicemia. **RESPOSTA AOS QUESITOS FORMULADOS:** 1) Houve morte? Resp.: SIM. 2) Qual a causa da morte? Resp.: SEPTICEMIA SECUNDÁRIA A INFECÇÃO DE TECIDOS MOLES SECUNDÁRIA A POLITRAUMATISMO DEVIDO À ACIDENTE DE TRÁFEGO. 3) Qual o instrumento ou meio que a produziu? Resp.: MEIO BIOQUÍMICO (BACTÉRIAS) / INSTRUMENTO CONTUNDENTE. 4) Houve esmagamento, dilaceramento ou outros tipos de lesões? Resp.: VIDE DESCRIÇÃO. 5) Tais lesões poderão ter sido provocadas por acidente de trânsito? Resp.: PODERÃO TER SIDO. 6) Outros dados julgados úteis? Resp.: NÃO. Nada mais havendo, deu-se por findo o presente laudo, que lido e achado conforme, vai devidamente assinado. /////

JOSÉ LUIZ CASTELO B. DE SIQUEIRA
Perito Médico-Legista - CRM 1873 - PI



1 Tipo de óbito <input checked="" type="checkbox"/> 1.1 Natural <input type="checkbox"/> 1.2 Não Fetal		2 Data do óbito 16.10.2017 10:30		3 Cartão SUS		4 Naturalidade ZE DOCA - MA	
5 Nome do Falecido WILSON SOUSA DE SOUSA				6 Nome da Mãe MARIA DAS GRACAS DE SOUSA PINTO			
7 Data de nascimento 19.09.1991		8 Idade 25		9 Sexo <input checked="" type="checkbox"/> M - Masc. <input type="checkbox"/> F - Fem. <input type="checkbox"/> Ignorado		10 Raça/Cor <input type="checkbox"/> Branca <input checked="" type="checkbox"/> Preta <input type="checkbox"/> Amarela <input type="checkbox"/> Indígena	
11 Situação conjugal <input checked="" type="checkbox"/> Solteiro <input type="checkbox"/> Casado <input type="checkbox"/> Viúvo		12 Separado judicialmente <input type="checkbox"/> Divorçado <input type="checkbox"/> União estável <input type="checkbox"/> Ignorada		13 Ocupação habitual (informar anterior, se aposentado / desempregado) COMERCIANTE		14 Código CBO 2002	
15 Logradouro (rua, praça, avenida, etc.) RUA 20 - CASA 51 - RES. DEUS AIEL				16 CEP		17 UF PJ	
18 Bairro/Distrito BOM PRINCÍPIO		19 Código		20 Município de residência TERESINA		21 Código	
22 Local de ocorrência do óbito <input checked="" type="checkbox"/> Hospital <input type="checkbox"/> Domicílio <input type="checkbox"/> Outros		23 Estabelecimento HOSPITAL PROFESSOR ZENON ROCHA		24 Código CNES		25 CEP	
26 Endereço de ocorrência (rua, praça, avenida, etc.)		27 Número		28 Complemento		29 UF PJ	
30 Bairro/Distrito		31 Código		32 Município de ocorrência TERESINA		33 Código	
PREENCHIMENTO EXCLUSIVO PARA ÓBITOS FETAIS E DE MENORES DE 1 ANO - INFORMAÇÕES SOBRE A MÃE							
34 Idade (anos)		35 Escolaridade (última série concluída)		36 Ocupação habitual (informar anterior, se aposentada / desempregada)		37 Código CBO 2002	
38 Sem escolaridade <input type="checkbox"/> Fundamental I (1ª a 4ª Série) <input type="checkbox"/> Fundamental II (5ª a 8ª Série) <input type="checkbox"/> Médio (antigo 2º grau) <input type="checkbox"/> Superior incompleto <input type="checkbox"/> Superior completo <input type="checkbox"/> Ignorado <input type="checkbox"/>		39 Tipo de gravidez <input type="checkbox"/> Única <input type="checkbox"/> Dupla <input type="checkbox"/> Tripla e mais <input type="checkbox"/> Ignorada		40 Tipo de parto <input type="checkbox"/> Vaginal <input type="checkbox"/> Cesáreo <input type="checkbox"/> Ignorado		41 Morte em relação ao parto <input type="checkbox"/> Antes <input type="checkbox"/> Durante <input type="checkbox"/> Depois <input type="checkbox"/> Ignorado	
42 Número de filhos vivos		43 Perdas fetais/abortos		44 Número da Declaração de Nascimento Vivo		45 Gramas	
46 Número de semanas de gestação		47 Tipo de gravidez		48 Tipo de parto		49 Morte em relação ao parto	
50 Número de filhos vivos		51 Perdas fetais/abortos		52 Número da Declaração de Nascimento Vivo		53 Gramas	
54 Número de semanas de gestação		55 Tipo de gravidez		56 Tipo de parto		57 Morte em relação ao parto	
58 Número de filhos vivos		59 Perdas fetais/abortos		60 Número da Declaração de Nascimento Vivo		61 Gramas	
62 Número de semanas de gestação		63 Tipo de gravidez		64 Tipo de parto		65 Morte em relação ao parto	
66 Número de filhos vivos		67 Perdas fetais/abortos		68 Número da Declaração de Nascimento Vivo		69 Gramas	
70 Número de semanas de gestação		71 Tipo de gravidez		72 Tipo de parto		73 Morte em relação ao parto	
74 Número de filhos vivos		75 Perdas fetais/abortos		76 Número da Declaração de Nascimento Vivo		77 Gramas	
78 Número de semanas de gestação		79 Tipo de gravidez		80 Tipo de parto		81 Morte em relação ao parto	
82 Número de filhos vivos		83 Perdas fetais/abortos		84 Número da Declaração de Nascimento Vivo		85 Gramas	
86 Número de semanas de gestação		87 Tipo de gravidez		88 Tipo de parto		89 Morte em relação ao parto	
90 Número de filhos vivos		91 Perdas fetais/abortos		92 Número da Declaração de Nascimento Vivo		93 Gramas	
94 Número de semanas de gestação		95 Tipo de gravidez		96 Tipo de parto		97 Morte em relação ao parto	
98 Número de filhos vivos		99 Perdas fetais/abortos		100 Número da Declaração de Nascimento Vivo		101 Gramas	
102 Número de semanas de gestação		103 Tipo de gravidez		104 Tipo de parto		105 Morte em relação ao parto	
106 Número de filhos vivos		107 Perdas fetais/abortos		108 Número da Declaração de Nascimento Vivo		109 Gramas	
110 Número de semanas de gestação		111 Tipo de gravidez		112 Tipo de parto		113 Morte em relação ao parto	
114 Número de filhos vivos		115 Perdas fetais/abortos		116 Número da Declaração de Nascimento Vivo		117 Gramas	
118 Número de semanas de gestação		119 Tipo de gravidez		120 Tipo de parto		121 Morte em relação ao parto	
122 Número de filhos vivos		123 Perdas fetais/abortos		124 Número da Declaração de Nascimento Vivo		125 Gramas	
126 Número de semanas de gestação		127 Tipo de gravidez		128 Tipo de parto		129 Morte em relação ao parto	
130 Número de filhos vivos		131 Perdas fetais/abortos		132 Número da Declaração de Nascimento Vivo		133 Gramas	
134 Número de semanas de gestação		135 Tipo de gravidez		136 Tipo de parto		137 Morte em relação ao parto	
138 Número de filhos vivos		139 Perdas fetais/abortos		140 Número da Declaração de Nascimento Vivo		141 Gramas	
142 Número de semanas de gestação		143 Tipo de gravidez		144 Tipo de parto		145 Morte em relação ao parto	
146 Número de filhos vivos		147 Perdas fetais/abortos		148 Número da Declaração de Nascimento Vivo		149 Gramas	
150 Número de semanas de gestação		151 Tipo de gravidez		152 Tipo de parto		153 Morte em relação ao parto	
154 Número de filhos vivos		155 Perdas fetais/abortos		156 Número da Declaração de Nascimento Vivo		157 Gramas	
158 Número de semanas de gestação		159 Tipo de gravidez		160 Tipo de parto		161 Morte em relação ao parto	
162 Número de filhos vivos		163 Perdas fetais/abortos		164 Número da Declaração de Nascimento Vivo		165 Gramas	
166 Número de semanas de gestação		167 Tipo de gravidez		168 Tipo de parto		169 Morte em relação ao parto	
170 Número de filhos vivos		171 Perdas fetais/abortos		172 Número da Declaração de Nascimento Vivo		173 Gramas	
174 Número de semanas de gestação		175 Tipo de gravidez		176 Tipo de parto		177 Morte em relação ao parto	
178 Número de filhos vivos		179 Perdas fetais/abortos		180 Número da Declaração de Nascimento Vivo		181 Gramas	
182 Número de semanas de gestação		183 Tipo de gravidez		184 Tipo de parto		185 Morte em relação ao parto	
186 Número de filhos vivos		187 Perdas fetais/abortos		188 Número da Declaração de Nascimento Vivo		189 Gramas	
190 Número de semanas de gestação		191 Tipo de gravidez		192 Tipo de parto		193 Morte em relação ao parto	
194 Número de filhos vivos		195 Perdas fetais/abortos		196 Número da Declaração de Nascimento Vivo		197 Gramas	
198 Número de semanas de gestação		199 Tipo de gravidez		200 Tipo de parto		201 Morte em relação ao parto	
202 Número de filhos vivos		203 Perdas fetais/abortos		204 Número da Declaração de Nascimento Vivo		205 Gramas	
206 Número de semanas de gestação		207 Tipo de gravidez		208 Tipo de parto		209 Morte em relação ao parto	
210 Número de filhos vivos		211 Perdas fetais/abortos		212 Número da Declaração de Nascimento Vivo		213 Gramas	
214 Número de semanas de gestação		215 Tipo de gravidez		216 Tipo de parto		217 Morte em relação ao parto	
218 Número de filhos vivos		219 Perdas fetais/abortos		220 Número da Declaração de Nascimento Vivo		221 Gramas	
222 Número de semanas de gestação		223 Tipo de gravidez		224 Tipo de parto		225 Morte em relação ao parto	
226 Número de filhos vivos		227 Perdas fetais/abortos		228 Número da Declaração de Nascimento Vivo		229 Gramas	
230 Número de semanas de gestação		231 Tipo de gravidez		232 Tipo de parto		233 Morte em relação ao parto	
234 Número de filhos vivos		235 Perdas fetais/abortos		236 Número da Declaração de Nascimento Vivo		237 Gramas	
238 Número de semanas de gestação		239 Tipo de gravidez		240 Tipo de parto		241 Morte em relação ao parto	
242 Número de filhos vivos		243 Perdas fetais/abortos		244 Número da Declaração de Nascimento Vivo		245 Gramas	
246 Número de semanas de gestação		247 Tipo de gravidez		248 Tipo de parto		249 Morte em relação ao parto	
250 Número de filhos vivos		251 Perdas fetais/abortos		252 Número da Declaração de Nascimento Vivo		253 Gramas	
254 Número de semanas de gestação		255 Tipo de gravidez		256 Tipo de parto		257 Morte em relação ao parto	
258 Número de filhos vivos		259 Perdas fetais/abortos		260 Número da Declaração de Nascimento Vivo		261 Gramas	
262 Número de semanas de gestação		263 Tipo de gravidez		264 Tipo de parto		265 Morte em relação ao parto	
266 Número de filhos vivos		267 Perdas fetais/abortos		268 Número da Declaração de Nascimento Vivo		269 Gramas	
270 Número de semanas de gestação		271 Tipo de gravidez		272 Tipo de parto		273 Morte em relação ao parto	
274 Número de filhos vivos		275 Perdas fetais/abortos		276 Número da Declaração de Nascimento Vivo		277 Gramas	
278 Número de semanas de gestação		279 Tipo de gravidez		280 Tipo de parto		281 Morte em relação ao parto	
282 Número de filhos vivos		283 Perdas fetais/abortos		284 Número da Declaração de Nascimento Vivo		285 Gramas	
286 Número de semanas de gestação		287 Tipo de gravidez		288 Tipo de parto		289 Morte em relação ao parto	
290 Número de filhos vivos		291 Perdas fetais/abortos		292 Número da Declaração de Nascimento Vivo		293 Gramas	
294 Número de semanas de gestação		295 Tipo de gravidez		296 Tipo de parto		297 Morte em relação ao parto	
298 Número de filhos vivos		299 Perdas fetais/abortos		300 Número da Declaração de Nascimento Vivo		301 Gramas	
302 Número de semanas de gestação		303 Tipo de gravidez		304 Tipo de parto		305 Morte em relação ao parto	
306 Número de filhos vivos		307 Perdas fetais/abortos		308 Número da Declaração de Nascimento Vivo		309 Gramas	
310 Número de semanas de gestação		311 Tipo de gravidez		312 Tipo de parto		313 Morte em relação ao parto	
314 Número de filhos vivos		315 Perdas fetais/abortos		316 Número da Declaração de Nascimento Vivo		317 Gramas	
318 Número de semanas de gestação		319 Tipo de gravidez		320 Tipo de parto		321 Morte em relação ao parto	
322 Número de filhos vivos		323 Perdas fetais/abortos		324 Número da Declaração de Nascimento Vivo		325 Gramas	
326 Número de semanas de gestação		327 Tipo de gravidez		328 Tipo de parto		329 Morte em relação ao parto	
330 Número de filhos vivos		331 Perdas fetais/abortos		332 Número da Declaração de Nascimento Vivo		333 Gramas	
334 Número de semanas de gestação		335 Tipo de gravidez		336 Tipo de parto		337 Morte em relação ao parto	
338 Número de filhos vivos		339 Perdas fetais/abortos		340 Número da Declaração de Nascimento Vivo		341 Gramas	
342 Número de semanas de gestação		343 Tipo de gravidez		344 Tipo de parto		345 Morte em relação ao parto	
346 Número de filhos vivos		347 Perdas fetais/abortos		348 Número da Declaração de Nascimento Vivo		349 Gramas	
350 Número de semanas de gestação		351 Tipo de gravidez		352 Tipo de parto		353 Morte em relação ao parto	
354 Número de filhos vivos		355 Perdas fetais/abortos		356 Número da Declaração de Nascimento Vivo		357 Gramas	
358 Número de semanas de gestação		359 Tipo de gravidez		360 Tipo de parto		361 Morte em relação ao parto	
362 Número de filhos vivos		363 Perdas fetais/abortos		364 Número da Declaração de Nascimento Vivo		365 Gramas	
366 Número de semanas de gestação		367 Tipo de gravidez		368 Tipo de parto		369 Morte em relação ao parto	
370 Número de filhos vivos		371 Perdas fetais/abortos		372 Número da Declaração de Nascimento Vivo		373 Gramas	
374 Número de semanas de gestação		375 Tipo de gravidez		376 Tipo de parto		377 Morte em relação ao parto	
378 Número de filhos vivos		379 Perdas fetais/abortos		380 Número da Declaração de Nascimento Vivo		381 Gramas	
382 Número de semanas de gestação		383 Tipo de gravidez		384 Tipo de parto		385 Morte em relação ao parto	
386 Número de filhos vivos		387 Perdas fetais/abortos		388 Número da Declaração de Nascimento Vivo		389 Gramas	
390 Número de semanas de gestação		391 Tipo de gravidez		392 Tipo de parto		393 Morte em relação ao parto	
394 Número de filhos vivos		395 Perdas fetais/abortos		396 Número da Declaração de Nascimento Vivo		397 Gramas	
398 Número de semanas de gestação		399 Tipo de gravidez		400 Tipo de parto		401 Morte em relação ao parto	
402 Número de filhos vivos		403 Perdas fetais/abortos		404 Número da Declaração de Nascimento Vivo		405 Gramas	
406 Número de semanas de gestação		407 Tipo de gravidez		408 Tipo de parto		409 Morte em relação ao parto	
410 Número de filhos vivos		411 Perdas fetais/abortos		412 Número da Declaração de Nascimento Vivo		413 Gramas	
414 Número de semanas de gestação		415 Tipo de gravidez		416 Tipo de parto		417 Morte em relação ao parto	
418 Número de filhos vivos		419 Perdas fetais/abortos		420 Número da Declaração de Nascimento Vivo		421 Gramas	
422 Número de semanas de gestação		423 Tipo de gravidez		424 Tipo de parto		425 Morte em relação ao parto	
426 Número de filhos vivos		427 Perdas fetais/abortos		428 Número da Declaração de Nascimento Vivo		429 Gramas	
430 Número de semanas de gestação		431 Tipo de gravidez		432 Tipo de parto		433 Morte em relação ao parto	
434 Número de filhos vivos		435 Perdas fetais/abortos		436 Número da Declaração de Nascimento Vivo		437 Gramas	
438 Número de semanas de gestação		439 Tipo de gravidez		440 Tipo de parto		441 Morte em relação ao parto	
442 Número de filhos vivos		443 Perdas fetais/abortos		444 Número da Declaração de Nascimento Vivo		445 Gramas	
446 Número de semanas de gestação		447 Tipo de gravidez		448 Tipo de parto		449 Morte em relação ao parto	
450 Número de filhos vivos		451 Perdas fetais/abortos		452 Número da Declaração de Nascimento Vivo		453 Gramas	
454 Número de semanas de gestação		455 Tipo de gravidez		456 Tipo de parto		457 Morte em relação ao parto	
458 Número de filhos vivos		459 Perdas fetais/abortos		460 Número da Declaração de Nascimento Vivo		461 Gramas	
462 Número de semanas de gestação		463 Tipo de gravidez		464 Tipo de parto		465 Morte em relação ao parto	
466 Número de filhos vivos		467 Perdas fetais/abortos		468 Número da Declaração de Nascimento Vivo		469 Gramas	
470 Número de semanas de gestação		471 Tipo de gravidez		472 Tipo de parto		473 Morte em relação ao parto	
474 Número de filhos vivos		475 Perdas fetais/abortos		476 Número da Declaração de Nascimento Vivo		477 Gramas	
478 Número de semanas de gestação		479 Tipo de gravidez		480 Tipo de parto		481 Morte em relação ao parto	
482 Número de filhos vivos		483 Perdas fetais/abortos		484 Número da Declaração de Nascimento Vivo		485 Gramas	
486 Número de semanas de gestação		487 Tipo de gravidez		488 Tipo de parto		489 Morte em relação ao parto	
490 Número de filhos vivos		491 Perdas fetais/abortos		492 Número da Declaração de Nascimento Vivo		493 Gramas	
494 Número de semanas de gestação		495 Tipo de gravidez		496 Tipo de parto		497 Morte em relação ao parto	
498 Número de filhos vivos		499 Perdas fetais/abortos		500 Número da Declaração de Nascimento Vivo		499 Gramas	







Governo do Estado do Piauí
Secretaria de Segurança Pública
Delegacia Geral de Polícia Civil
SisBO - Sistema de Boletim de Ocorrência

120 v. 1.0

BOLETIM DE OCORRÊNCIA Nº: 100203.002145/2017-61

Unidade de Registro: DELEGACIA DE REPRESSÃO AOS CRIMES DE TRÂNSITO Resp. pelo Registro: Francisco Ribeiro De Sousa

Data/Hora: 18/05/2017 - 08:56

DADOS DA OCORRÊNCIA

Unidade Policial Responsável

DELEGACIA DE REPRESSÃO AOS CRIMES DE TRÂNSITO

Tipo Local

VIA PÚBLICA

Município

TERESINA

Endereço

AV. NOE MENDES, Nº

Complemento

Bairro

RENASCENÇA I

Ponto de Referência

PROXIMO A UPA

DADOS DOS PERSONAGENS ENVOLVIDOS

Nome: FLAVIA SILVA FIGUEIREDO [35 ANOS]

RG: 1605842

Mãe: LIDIA VIEIRA DA SILVA FIGUEIREDO

Pai: MARCOS VINICIO BENEVIDES FIGUEIREDO

Endereço: RUA - FRANCISCO MARREIROS, Nº 4591

Bairro: NOVO HORIZONTE

Cidade: TERESINA

Tipo Envolv.: RESPONSÁVEL LEGAL/Notificante

Nome: SIGLIANE SILVA FIGUEIREDO [37 ANOS]

RG: 1560709

Mãe: LIDIA VIEIRA DA SILVA FIGUEIREDO

Pai: MARCOS VINICIO BENEVIDES FIGUEIREDO

Endereço: RUA - FRANCISCO MARREIROS, Nº

Bairro: NOVO HORIZONTE

Cidade: TERESINA

Tipo Envolv.: VITIMA FATAL

NATUREZA(S) DA OCORRÊNCIA

Natureza(s) da Ocorrência

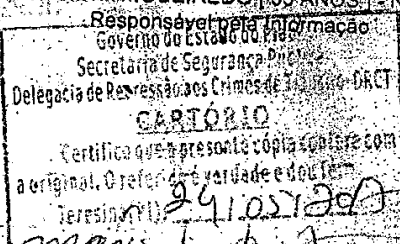
1 - Homicídio culposo no trânsito (Art. 302 do CTB).

RELATO DA OCORRÊNCIA

A DECLARANTE DISSE NESTA DELEGACIA QUE SUA IRMÃ JÁ DEVIDAMENTE QUALIFICADA NESTE BO, TRAFEGAVA EM UMA MOTO HONDA/BIZ, ANO 2015/2015, PL - PII- 6687 DE PROPRIEDADE DE LIDIA VIEIRA DA SILVA FIGUEIREDO, CPF: 12121450300, SENTIDO TODOS OS SÂNTOS/RENASCENÇA, NA AV. NOE MENDES POR ONDE ELA TRAFEGAVA HAVIA 02 ELEMENTOS QUE NÃO FORAM IDENTIFICADOS USANDO MOTOS TAMBÉM NÃO IDENTIFICADOS FAZENDO BAGUA E UM DELES CHOCOU-SE DE FRENTE COM A MOTO CONDUZIDA PELA IRMÃ DA DECLARANTE. SEGUNDO INFORMA A DECLARANTE SUA IRMÃ VEIO A OBITO ALI MESMO NO LOCAL DO ACIDENTE, HOVE PERICIA, AS DECLARAÇÕES AQUI RESTADAS SÃO DE INTEIRA RESPONSABILIDADE DA DECLARANTE.

Francisco Ribeiro De Sousa - Mat. 0093548
AGENTE DE POLÍCIA

Flavia Silva Figueiredo
FLAVIA SILVA FIGUEIREDO [35 ANOS] - Nôlicante



AVERBAÇÃO AO B.O. DE Nº 2145/2017-61

AVERBA-SE A ESTE B.O. PARA INFORMAR QUE O SENHOR DE NOME JAILSON SOUSA DE SOUSA, RG- 2.579199-PI, SOLTEIRO, AUTONOMO, NATURAL DE ZÉ DOCA, NO ESTADO DO MARANHÃO, FILHO DE MARIA DAS GRAÇAS DE SOUSA E DE JOSE WILSON RODRIGUES DE SOUSA, RES: QD-20, CS-51 RES. DEUS QUER, CONDUZIA A MOTO HONDA/CG, ANO 2009/2009, PL- NMQ- 6809 DE PROPRIEDADE DE MARCOS ANTONIO G. DOS SANTOS, CPF- 814.754.033-72, NO DIA DESTA ACIDENTE E COMO CONSEQUENCIA FOI VITIMA FATAL DO MESMO. JAILSON SOUSA VEIO A OBITO NO DIA 16/05/2017, POR VOLTA DAS 00:30 HS.

TERESINA, 23 DE MAIO DE 2017

Maria das graças de carvalho de souza

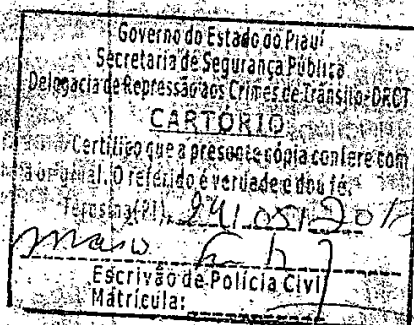
MARIA DAS GRAÇAS DE CARVALHO DE SOUSA

AVERBANTE

Francisco Ribeiro de Sousa

FRANCISCO RIBEIRO DE SOUSA

AGENTE ESPECIAL DE POLÍCIA CIVIL





Estado do Piauí
Prefeitura Municipal de Teresina
Fundação Hospitalar de Teresina - FHT

REGISTRO DE ATENDIMENTO PRÉ-HOSPITALAR
Serviço de Atendimento Móvel de Urgência - SAMU



SAMU
192

Dados do Chamado	01 Nº. do chamado 02254	02 Data do chamado 13/05/17	03 PRO (código) 2903	04 Saída do PA 07:50	05 Chegada ao local 08:58
	06 Saída do local 04/20	07 Chegada ao 1º. hospital 04/20	08 Saída do 1º. hospital	09 Chegada ao 2º. hospital	
Local da Ocorrência	10 Endereço AV: NOE Mendes				
	11 Bairro		12 Município-UF TE-PI		
	13 Ponto de referência UPA				
Dados do Paciente	14 Nome JAILSON DA SILVA SOUSA			15 Sexo 1 - Masculino 2 - Feminino 9 - Ignorado	
	16 Idade 1 - Dia 2 - Mês 3 - Ano 9 - Ignorado			17 Indícios de ingestão de bebida alcoólica? 1 - Sim 2 - Não 9 - Ignorado	
Tipo de Ocorrência	18 Tipo de ocorrência 01 - Acidente de transporte 02 - Agressão física-espantamento 03 - Agressão física-FAF 04 - Agressão física-FAB 05 - Urgência psiquiátrica 06 - Tentativa de suicídio 07 - Envenenamento 08 - Afogamento 09 - Queimadura 10 - Choque elétrico 11 - Queda 12 - Urgência clínica 13 - Urgência obstétrica 14 - Transferência 15 - Exames complementares 16 - Outros 17 - Já removido 18 - Falso chamado				
	19 Vítima 1 - Pedestre 2 - Condutor 3 - Passageiro 9 - Ignorado				
Acidente de Transporte	20 Meio de locomoção 1 - A pé 2 - Automóvel 3 - Motocicleta 4 - Bicicleta 5 - Ônibus/Micro-ônibus 6 - Outro 9 - Ignorado		21 Outra parte envolvida 1 - Automóvel 2 - Motocicleta 3 - Ônibus/Micro-ônibus 4 - Bicicleta 5 - Objeto fixo 6 - Animal 7 - Outra 9 - Ignorado		
	22 Equipamentos de segurança Capacete Cinto de segurança Assento para criança				
Exame Físico	23 Glasgow = 15 ABERTURA OCULAR 4-Espontânea 3-A voz 2-A dor 1-Nenhuma 5-Orientada 4-Confusa 3-Palavras inapropriadas 2-Palavras incompreensíveis 1-Nenhuma		24 Sinais Vitais Pulso 127 Resp. 25 PA TAX. SatO2 90		25 Local da lesão
	26 Pupilas 1 - Iguais 2 - Desiguais 27 Pulso Radial Central 1 - Cheio 2 - Fino 3 - Ausente 28 Sangramento 1 - Sim 2 - Não		29 Dor 0 - Sem Dor 1 - Leve 3 - Moderada 7 - Intensa 10 30 Fratura 1 - Sim 1 - Exposta 1 - Fechada 2 - Não 3 - Suspeito		
Assistência	31 Procedimentos realizados (1 - Sim 2 - Não) Aspiração Prancha longa/curta Imobilização de extremidades Glicemia 12mg/dl Oxigênio Colar cervical Reanimação cardiopulmonar Acesso Venoso RL 500ml Curativos KED Assistência obstétrica Medicamentos a) Sucinacloridato 100mg b) Fentanyl 50mcg c) Midazolam 5mg				
	32 Hospital de Destino HUT				
Hospital de Destino	33 Condições de entrada 1-Melhorado 2-Piorado 3-Inalterado		34 Óbito 1-Sim 2-Não 2-Antes do socorro 2-Antes do transporte 2-Durante o transporte		
	Observações Interdisciplinar COLADO ENTRE MOTOS (UM BATO ANTES DO SOCORRO) TC E GINTA TRAMPA CADAM. FRENAL GRANDE, FRATURADO APOSTA NO FRENAL E APOSTURA E FRATURADO TRAMPA FRENAL E GINTA. INABILITADO SEM INTERCONEXÃO. INABILITADO SEM INTERCONEXÃO. CONFERE COM O ORIGINAL Marília Veloso Cantanhede Gerente Administrativa SAMU				
Dr. Pedro Igor Raulino Costa Cardiologista Veli pela recepção Socorristas Médico OZIR AE/TE alexsandro Enfermeiro Valéria Condutor Waldemar					

2011



NOME DO PACIENTE: ALSON Sousa de Sousa

NÚMERO DO PRONTUÁRIO: 405530

SERVIÇO DE ARQUIVO MÉDICO E ESTATÍSTICO - SAME
"O HOSPITAL SÓ EXPEDIRÁ CÓPIA DE PRONTUÁRIO UMA VEZ, CABENDO AO
INTERESSADO REPRODUZIR CÓPIAS NECESSÁRIAS
À SUA UTILIZAÇÃO".





HOSPITAL DE URGÊNCIA DE TERESINA - HUT
Rua Dr. Otto Tito, 1820 Redenção - Fone: 86 3229 4872
TERESINA-PI CEP: 64017-770 CNPJ: 05.522.917/0022-02

SUS SUS
OTTO

BOLETIM DE ENTRADA - BE

Imp: 13/05/2017 04:48:16

DADOS DO PACIENTE:

Oper: LARISSA ARACAO
(Estacao: RECEPTE)

Nome:	JAILSON SOUSA DE SOUSA	Prontuário:	405530
Mãe:	MARIA DAS GRACAS DE SOUSA PINTO	Pai:	JOSE WILSON RODRIGUES DE SOUSA
End.Resid.:	RUA 4 188 - VILA DO BEC - TERESINA - PI - CEP: 64000-010		
Nascimento:	19/09/1991	Idade:	25a:8m:24d
Sexo:	Masculino	Fone:	86-98841-8204
Responsável:	O MESMO	CNS:	705900423932134
Profissão:	ESTUDANTE	CPF:	* RG: -
G. Instrução:	Não informado	E.Civil:	Casado(a)
End.Local.:			

DADOS DO ATENDIMENTO:

Código:	606925	Data:	13/05/2017 04:47:16	Condução:	AMBULANCIA DO SAMU		
tipo da Procura:	ACIDENTE DE TRANSITO VITIMA EM MOTOCICLETA (MOTOC)				Convênio:	S U S	
Id.Trab.:	Não	Trajetória?	Não	Típico:	Não	CID Secundário:	V299

DADOS CLÍNICOS:

Paciente de 25 anos, vítima de acidente motociclístico, trazido pelo SAMU, em estado grave, intubado; ao exame: edema facial importante, impossibilita avaliação das pupilas; NVT simétrico com reflexos (transmissão) reduzidos em ambos; RCRRT 18x/min, normoventilado, normo saturado; pressão arterial 116x52mmHg; FC 120bpm; edema importante em coxa E, com redução de temperatura do membro.

PA	X	mmHg	Pulso:	1	FC:	bpm	Temp.:	
----	---	------	--------	---	-----	-----	--------	--

Diagnóstico Inicial:

CONDUÇÃO MÉDICA E EXAMES COMPLEMENTARES:

1. UT DR. ZENON ROCHA
TOMOGRAFIA COMPUTADORIZADA

EXAME: CEF + CERVICOTRAXE + FEMORAL
DATA: 13/05/17 05:40h

ALTA:	<input type="checkbox"/> Melhorado	<input type="checkbox"/> Administrativa	<input type="checkbox"/> Retornar à Unid. Origem:
	<input type="checkbox"/> Curado	<input type="checkbox"/> Por Indisciplina	<input type="checkbox"/> Transferência:
	<input type="checkbox"/> Inalterado	<input type="checkbox"/> Por Evasão	
	<input type="checkbox"/> A Pedido		
ÓBITO:	DESTINO:		DATA SAÍDA: / /
	<input type="checkbox"/> Até 24 Hs	<input type="checkbox"/> Família	HORA: :
	<input type="checkbox"/> De 24 a 48 Hs	<input type="checkbox"/> IML	<input checked="" type="checkbox"/> Internação na Unidade
	<input type="checkbox"/> Após 48 Hs	<input type="checkbox"/> Anat. Patol	Proced. Solicitado: 303080092
			506/1305
			CID Comp. 1: 506.0
			Matrícula: 1305
			Confirmação: Original
			Prof. Solicitante: 1305
			Internação:

Dr. Pedro Igor Raulino Costa
Cardiologista
CRM-PI 4807

Carimbo- Assinatura - Profissional - BE

Assinatura Paciente ou Responsável





HOSPITAL DE URGÊNCIA DE TERESINA - HUT
Rua Dr. Otto Tito 1820 Redenção - Fone: 86 3229 4872
TERESINA-PI CEP: 64017-770 CNPJ: 05.522.917/0022-02

FICHA DE PARECER PROFISSIONAL

Imp: 13/05/2017 04:49:28

(MARIANA BRAGA)

DADOS DO PACIENTE:

Nome:	JAILSON SOUSA DE SOUSA	Prontuário:	405530
Mãe:	MARIA DAS GRACAS DE SOUSA PINTO	Pai:	JOSE WILSON RODRIGUES DE SOUSA
End. Resid.:	RUA 4 188 - VILA DO BEC - TERESINA - PI - CEP: 64000-010		
Nascimento:	19/09/1991.	Idade:	25a:8m:24d
Sexo:	Masculino	Fone:	86-98841-8204
Responsável:	O MESMO	CNS:	705800423932134
Profissão:	ESTUDANTE	Documento:	
G. Instrução:	Não informado	E. Civil:	Casado(a)
End. Local:			

DADOS DO ATENDIMENTO:

Código:	606925	Data:	13/05/2017 04:47:16	Clas. Cor:	Indefinido	
ativo da Procura:	ACIDENTE DE TRÂNSITO VÍTIMA EM MOTOCICLETA (MOTOC)				Convênio:	S U S

DADOS DA SOLICITAÇÃO (1):

Data/Hora Solicitação:	1/1/	ESPECIALISTA:	
MOTIVO DA SOLICITAÇÃO:	# Neno - 13 05 17 - #		
- QUEDA DE MOTO			
- TOTUM F. P. 05			
Carimbo/Assinatura Solicitante			

DADOS DO PARECER:	Data/Hora:	1/1/	ESPECIALISTA:	
- PD - PD - F. H.				
- T. O. C.				
- F. M. O. - F. M. O. - F. M. O.				
- F. M. O. - F. M. O. - F. M. O.				
Carimbo/Assinatura Solicitante				

DADOS DA SOLICITAÇÃO (2):

Data/Hora Solicitação:	1/1/	ESPECIALISTA:	
MOTIVO DA SOLICITAÇÃO:	T. O. C. - F. M. O.		
S. L. O. C. O. S. - F. M. O.			
C. M. O. - F. M. O. - F. M. O.			
Carimbo/Assinatura Solicitante			

DADOS DO PARECER:	Data/Hora:	1/1/	ESPECIALISTA:	
- F. M. O. - F. M. O. - F. M. O.				
- F. M. O. - F. M. O. - F. M. O.				
- F. M. O. - F. M. O. - F. M. O.				
Carimbo/Assinatura Prof. Parecer				





LAUDO PARA SOLICITAÇÃO DE AUTORIZAÇÃO DE INTERNAÇÃO HOSPITALAR

Orgão Emissor: M221100001

A1H: 221710124813-1

UNI: H.U.T (PROF. ZENON ROCHA)

JAILSON SOUSA DE SOUSA

NASCIMENTO
19/09/1991

Identificação do Estabelecimento de Saúde:

1- Nome do estabelecimento solicitante:

HOSPITAL DE URGÊNCIA DE TERESINA

3- Nome do estabelecimento executante:

HOSPITAL DE URGÊNCIA DE TERESINA

DELIBERA: 23/05/2017
PROCED.: 0415030013 TRATAMENTO CIRURGICO EM POLITRAUMATIZADO
OP. BIST: WELLINGTON
CID: S011
Ass. de Auditoria: DRCAA/FMS
CRM: PI 1803-CP 131.785.473-04
CNS: 203843996150008

Código da
Internação:

90347

IDENTIFICAÇÃO DO PACIENTE

5- Nome: **JAILSON SOUSA DE SOUSA**

6 - Prontuário: 405530

7-CNS: 705800423932134

8-Nascimento: 19/09/1991

9-Sexo: Masculino

11-Mãe: **MARIA DAS GRACAS DE SOUSA PINTO**

12-Fone: 86-98841-8204

13-Resp: **(O MESMO)**

COM BOLETIM CIR/ANEST

14-Cor: Parda

15-Ender: RUA 4 188 - VILA DO REC - CEP: 64000-010

16-Munic: TERESINA

17-Cod. IBGE: 221100

18-UF: PI

19-CEP: 64000-010

JUSTIFICATIVA DA INTERNAÇÃO

20 - Principais sinais e sintomas clínicos:

PACIENTE VITIMA DE ACIDENTE DE MOTO, TRAZIDO PELO SAMU, EM ESTADO GERAL GRAVE, EDEMA FACIAL, APRESENTA FRATURAS DE FÊMUR E TÍBIA.

0415030013

0405010125-S011

0303040092-S068

0405010125-S011

21 - Condições que justificam a internação:

AS ACIMA.

22 - Principais resultados de provas diagnósticas (Resultado de exames realizados):

EXAME CLÍNICO:

23-Diagnóstico Inicial:

(Informação Posterior)

24-CID Prin:

25-CID Sec.:

26-CID C.Ass.:

PROCEDIMENTO SOLICITADO

28-Cod.Proced.: 27-Procedimento Solicitado:

0415030013

TRATAMENTO CIRURGICO EM POLITRAUMATIZADO

Temp. SUS
9999

29-Clinica:

30-Caráter: Ident.:

02

01

CPF

31-Docum.: 32-Doc. Méd. Solic.:

854.643.173-68

33-Nome Profissional Solicitante/Assistente:

CLEITON BRAGA TAVARES

34-Data Solicitação:

13/05/2017

St. Marcos Auditor P. da M. Viana
Médico Auditor Intern. H.U.T
CRM: PI 1803-CP 131.785.473-04

35-Ass. Carimbo Med. Sol. (CRM)

PREENCHER EM CASO DE CAUSAS EXTERNAS (ACIDENTES OU VIOLÊNCIAS)

36- () Acidente de Trânsito

39-CNPJ Seguradora:

37- () Acidente Trabalho Típico

42-CNPJ Empresa:

38- () Acidente Trabalho Trajeto

40-No. Bilhete:

41-Série:

45 - Vínculo com a Previdência:

() Empregado

() Empregador

() Autônomo

() Desempregado

() Aposentado

() Não, Segurado

AUTORIZAÇÃO

46 - Nome do Profissional Autorizador:

47-Data Autorização:

48-Documeto:

49-Num. Documento:

() CNS () CPF

51 - Assinatura Paciente ou Responsável:

Usuário: (AMPARÓLEAL)

Consulta Local: 606925

Consulta SUS:

Impressão: 19/05/2017 16:35:10



[Illegible text due to extreme low contrast and noise]





19037 +

RELATÓRIO DE OPERAÇÃO

centro cirúrgico

Nome do Paciente	Jaipon Siqueira de Siqueira		
Diagnóstico pré-operatório	OE - Lesão do Palpebro Superior e Inferior		
Operação - Tipo	Setina de palpebra OE - Reconstrução do PSE		
Cirurgião	Anise	1º Assinante	Prizdenki
2º Assinante	Prizdenki	3º Assinante	Prizdenki
Instrumentador(a)	Valeria	Anestesia	geral
Anestésico(a)	Fentanil		

Data da Operação: 13/05/17 Início: 17:00 Fim: 18:30

Diagnóstico Pós-operatório: O mesmo

Relatório Imediato do Patologista

Acidente Durante a Operação

DESCRIÇÃO DA OPERAÇÃO

(Técnica, Ligadura, Suturas, Drenagem, Fechamento)

Antes da cirurgia foi observado GLOBO OCULAR ESQUERDO BASTANTE HIPOTÔNICO, mas não visualizado retículo anterior. Grande possibilidade de natureza do gl. ocular posterior. Fratura do osso e face bem complexa.

No palpebro Superior 1) Ligadura do m. elevador do PSE em pedaço do tarso Sup el mononylon 5.0 2) Não pude fazer suture de levantamento pois não tinha VILLYL 1/1 3) Sutura de pele + tarso el mononylon 6.0 4) Sutura de canto lateral el mononylon 6.0 (não pude fazer o canto lateral devido ausência de osso do canto lateral anterior) 5) Sutura de Palpebro inferior + Canto da sica 6) Com el pomada.

MOD. 76 - HUT





FOLHA DE ANESTESIA

NOME DO PACIENTE João Souza de Souza				Nº DE REGISTRO		
DATA 17/05/17	P. ARTERIAL	PULSO	RESPIRAÇÃO	TEMPERATURA	PESO	ALTURA
EXAMES DE SANGUE	GR. SANGÜÍNEO	HEMATIMÉTRIA	HEMOGLOBINEMIA	HEMATOCRITOS	GLICEMIA	DÓS. URÉIA
EXAMES DE URINA						
FUNÇÃO RESPIRATÓRIA						
SISTEMA CIRCULATÓRIO				ELETROCARDIOGRAMA		
SISTEMA RESPIRATÓRIO				ASMA		BRONQUITE
SISTEMA DIGESTIVO				SISTEMA URINÁRIO		
ESTADO MENTAL				CORTICÓIDES		OUTROS
DIAGNÓSTICO PRÉ-OPERATÓRIO				FÍSICOS		
PRÉ-MEDICAÇÃO (AGENTES DOSES)				APLICADO AS EFEITOS		
AGENTES ANESTÉSICOS	OXIGÊNIO					TOTAL DE DOSES
LIQUIDOS	SO-UTO 500 SANGUE 300 OUTROS 100					1 2 3
TEMPERATURA T	38					260 240 220 200 180 160 140 120 100 80 60 40 20 0
P. ARTERIAL V O PULSO						1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15
INÍCIO E FIM ANESTESIA X						
INÍCIO E FIM OPERAÇÃO						
RESPIRAÇÃO O						
SÍMBOLOS				DURAÇÃO		
TÉCNICAS				INCIDENTE - ACIDENTE		
OPERACÕES						
CIRURGIÕES						
ANESTESISTAS						
CONDICÕES POS-OPERATÓRIO IMEDIATAS						
PARTICULARIDADES						

MOD. 76 - HUT

T114 - 11.COM



**FMS**

Fundação Municipal de Saúde

PREFEITURA MUNICIPAL DE TERESINA

oftalmologista

Fls. Nº _____

Proc. Nº _____

Rubrica _____

BOLETIM DE CONTROLE DE CENTRO CIRÚRGICO E OBSTÉTRICO

DATA 13, 05, 17

NOME DO PACIENTE: Jaíson Sousa de Sousa	PROMITÓRIO Nº: 405530
DIAGNÓSTICO: Sutura de pálpebra	CIRURGIA:
ANESTESIA: Geral	Nº DA SALA: 06
CIRURGIÃO: Amel	CPF Nº:
AUXILIAR: Residente	CPF Nº:
ANESTESIA: Hípan	CPF Nº:
INSTRUMENTADORA: Valéria	CPF Nº:

MATERIAL DE CONSUMO

DISCRIMINAÇÃO	UNID.	QUANT.	PREÇO	DISCRIMINAÇÃO	UNID.	QUANT.	PREÇO
AGULHA 25X8	UNID.	01		LÂMINA DE BISTURI JJ	UNID.	01	
AGULHA 30X8	UNID.	01		LUVA Nº 615	PAR	02	
AGULHA 40X12	UNID.	—		LUVA Nº 710	PAR	01	
AGULHA RAQUE	UNID.	—		LUVA DE PROCEDIMENTO	PAR	04	
ALCOOL 70%	ML	60		PVPI DE GERMANTE	ML	—	
ALGODÃO	BOLA	—		PVPI TÓPICO	ML	80	
ÁGUA OXIGENADA	ML	80		PVPI TINTURA	ML	—	
COMPRESSA	PAC.	01		SERINGA 20CC	UNID.	—	
EQUIPO MACRO- GOTA	UNID.	—		SERINGA 10CC	UNID.	01	
ESPARADRAPO	CM	50		SERINGA 5CC	UNID.	01	
ESCALPE Nº	UNID.	—		SERINGA 3CC	UNID.	—	
FORMOL	ML	—		SORO FISIOLÓGICO 500ml	FRASCO	06	
GASES	PAC.	03		SONDA URETRAL	UNID.		
JELCO Nº	UNID.	—		naa	03		
FIOS	UNID.	QUANT.	PREÇO	OCORRÊNCIA			
CAT. GUT. SIMPLES C/AG							
CAT. GUT. SIMPLES S/AG.							
CAT. GUT. CROMADO C/AG							
CAT. GUT. CROMADO S/AG							
ALGOFIL nylon 6.0	01						
MONONYLON 5.0	01						
FITA UMBILICAL				ENFERMARIA:			
VICRYL numbre 6.0	01			CIRCULANTE: Valéria			
PROLENE							



LAUDO MÉDICO PARA SOLICITAÇÃO DE:

ACESSO CENTRAL

CÓDIGO: 0309060036

HOSPITAL: HOSPITAL DE URGÊNCIA DE TERESINA PROF. ZENON ROCHA
PACIENTE: Paulson Sousa de Sousa Nº PRONT.: 405530 Nº LAUDO: _____

JUSTIFICATIVA

PACIENTE COM ACESSO VENOSO PERIFÉRICO DIFÍCIL, FAZENDO USO
DE ANIBIÓTICO, NECESSITANDO DE ACESSO VENOSO CENTRAL

DATA: 12.05.19


ASSINATURA DO MÉDICO

AUDITOR

DATA: _____


ASSINATURA DO AUDITOR



Rua Dr. João de Deus, 1234 - Centro
Teresina - PI - CEP 64017-170
Fone: (86) 3218-5199



86 3218-5199



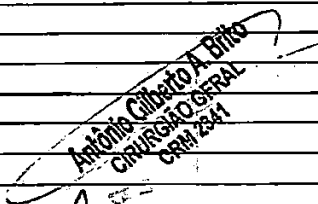
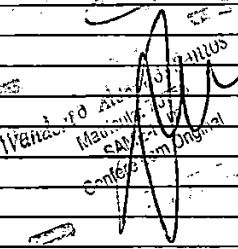
gironageminh@gma.com





FUNDAÇÃO HOSPITALAR DE SAÚDE
HOSPITAL DE URGÊNCIA DE TERESINA PROF. ZENON ROCHA

RELATÓRIO DE OPERAÇÃO
Centro cirúrgico

Nome do paciente:		
Diagnóstico pré-operatório:		
Operação tipo: IMPLANTE DE CATETER CENTRAL		
Cirurgião:	1º Assistente:	
Instrumentadora:	Anestesia; Local	
Anestésico: Xilocaína 2% sem adrenalina		
Data da Operação:	início:	Fim:
Diagnóstico Pós-operatório:		
Relatório Imediato do patologista;		
Acidente durante a operação:		
DESCRIÇÃO DA OPERAÇÃO		
1. ASSEPSIA + ANTISSEPSIA		
2. COLOCAÇÃO DE CAMPO ESTÉRIL		
3. ANESTESIA LOCAL COM LIDOCAÍNA 2%		
4. PUNÇÃO VENOSA CENTRAL		
5. FIXAÇÃO DO CATETER		
6. CURATIVO		
 Antônio Gilberto A. Brito Cirurgião Geral CRM 2347		
 Jose Francisco Procedomio da Silva Médico Assistente CRM 2347 Confere em Original		





FUNDAÇÃO HOSPITALAR DE TERESINA
HOSPITAL DE URGÊNCIA DE TERESINA DR. ZENON ROCHA
SERVIÇO DE ANATOMIA PATOLÓGICA

RELATÓRIO DE OPERAÇÃO

centro cirúrgico

Nome do Paciente		Jackson Sousa de Sousa	
Diagnóstico pré-operatório		Tumor epitelial de origem desconhecida	
Operação - Tipo		Ressecção de tumor	
Cirurgião	1º Assinante	Dr. B. Cardeiro	
2º Assinante	3º Assinante		
Instrumentador(a)	Anestesiista	Anestesia	
Anestésico(a)			
Data da Operação	Inicio	Fim	
Diagnóstico Pós-operatório			
Acidente durante a operação com perda de sangue e de conteúdo intestinal, sendo realizado o fechamento da ferida e a drenagem da cavidade.			
Relatório imediato do Patologista			
Verificar a natureza e extensão da lesão.			
Acidente Durante a Operação			
0413090178 0408050519 - 0408050683 -			

DESCRIÇÃO DA OPERAÇÃO

(Técnica, Ligadura, Suturas, Drenagem, Fechamento)

Após a inspeção visual da cavidade abdominal, constatou-se a presença de um tumor epitelial de origem desconhecida, localizado no terço médio do intestino delgado. Foi realizada a ressecção do tumor com margens adequadas. O procedimento foi realizado com técnica de laparoscopia. A drenagem da cavidade foi realizada com uma sonda de drenagem. A ferida foi fechada com suturas e a drenagem foi mantida em funcionamento.

MOD. 76 - HUT



HUT
HOSPITAL
DE URGÊNCIA
DE DEFERAL

Assinado eletronicamente por: JOSE FRANCISCO PROCEDOMIO DA SILVA - 05/03/2019 13:37:32
<https://tjpi.pje.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=19030513373232400000004259837>
 Número do documento: 19030513373232400000004259837



PREFEITURA MUNICIPAL DE TERESINA

Fundação Municipal de Saúde

Fls. Nº _____

Proc. Nº _____

Rubrica: _____

BOLETIM DE CONTROLE DE CENTRO CIRÚRGICO E OBSTÉTRICO

DATA 13/05/17

NOME DO PACIENTE: <u>faizal de Sousa de Sousa</u>	PRONTUÁRIO Nº: _____
DIAGNÓSTICO: <u>Exatidão de parto (1)</u>	CIRURGIA: <u>Fixação de sutura</u>
ANESTESIA: <u>Local</u>	Nº DA SALA: <u>06</u>
CIRURGIÃO: <u>Dr. Carlos de Almeida</u>	CPF Nº: <u>11111111</u>
AUXILIAR: <u>Dr. Paulo</u>	CPF Nº: <u>22222222</u>
ANESTESIA: <u>Local</u>	CPF Nº: _____
INSTRUMENTADORA: <u>Selene</u>	CPF Nº: _____

MATERIAL DE CONSUMO

DISCRIMINAÇÃO	UNID.	QUANT.	PREÇO	DISCRIMINAÇÃO	UNID.	QUANT.	PREÇO
AGULHA 25X8	UNID.	—		LÂMINA DE BISTURI 27	UNID.	01	
AGULHA 30X8	UNID.	024		LÚVA Nº 7.0	PAR	01 + 02	
AGULHA 40X12	UNID.	04		LÚVA Nº 7.5 / 8.0	PAR	03 + 3 + 4	
AGULHA RAQUE	UNID.	—		LÚVA DE PROCEDIMENTO	PAR	10	
ALCOOL 70%	ML	200		PVPI DE GERMANTE	ML	200	
ALGODÃO	BOLA	05		PVPI TÓPICO	ML	200	
ÁGUA OXIGENADA	ML	200		PVPI TINTURA	ML	—	
COMPRESSA	PAC.	08		SERINGA 20CC	UNID.	02	
EQUIPO MACRO- GOTA	UNID.	01		SERINGA 10CC	UNID.	02	
ESPARADRAPO	CM	200		SERINGA 5CC	UNID.	01	
ESCALPE Nº	UNID.	—		SERINGA 3CC	UNID.	—	
FORMOL	ML	—		SORO FISIOLÓGICO 500	FRASCO	20	
GASES	PAC.	20		SONDA URETRAL	UNID.	—	
JELCO Nº	UNID.	—		Eletródos	und	05	
FIOS	UNID.	QUANT.	PREÇO	Ocorrência	und	01	
CAT. GUT. SIMPLES C/AG				transfix	und	04	
CAT. GUT. SIMPLES S/AG.				escova	und	07	
CAT. GUT. CROMADO C/AG				crepante	und	03	
CAT. GUT. CROMADO S/AG				degradação	und	04	
ALCOFIL				gero	und	—	
MONONYLON 3-0	und	08		Waiters	und	—	
FITA UMBILICAL				Matriculados	und	—	
VICRYL				SAFETY	und	—	
PROLENE				Controle com Original	und	—	
				ENFERMARIA:			
				CIRCULANTE:			

LEITO 04



FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE
HOSPITAL DE URGÊNCIA DE TERESINA - HUT

PRESCRIÇÃO MÉDICA

NOME DO PACIENTE	PRONTUÁRIO	DATA DE NASCIMENTO	CLÍNICA	ENF. OU AP.	LEITO	MÉDICO ASSISTENTE
JAILSON SOUSA DE SOUSA	405530	Idade 19/09/1991 - IDADE 25 anos	SRPA			
DATA/HORA CÓDIGO	PRESCRIÇÃO MÉDICA			RELATÓRIO DE ENFERMAGEM		
15/05/17						
	1º DPO DE FRAT EXP. DE FEMUR			HORÁRIOS		
	<p><i>Paciente em estado gravemente instável hemodinamicamente. Depressão das 3.ª e 4.ª em 2.ª e 3.ª. Redução da diurese. Hiperpotássio por uso de 1.200 mg de furosemida. Dieta oral zero.</i></p>			OBSERVAÇÕES		
	1 Dieta oral zero					
	2 SF 0,9% 2500 ml EV 35 gotas/min					
	3 Glicose 50% 30 ml por soró					
	4 Ceftriaxona 1 g + AD EV de 12/12 h					
	5 Metronidazol 500 mg EV de 8/8 h					
	6 Ranitidina 50 mg - 2 ml + AD EV de 8/8 h					
	7 Dipirona 500 mg/ml - 2 ml + AD EV de 6/6 h					
	8 Glicemia capilar de 6/6 h					
	9 Insulina Regular conforme esquema					
	181 - 200 = 2 UI 251 - 300 = 6 UI >351 = 10 UI					
	201 - 250 = 4 UI 301 - 350 = 8 UI					
	9 Glicose 50% 4 amp. ; EV - se glicemia capilar < 80 mg/dl					
	10 Liquefina 5.000ui/0,25 ml SC de 8/8 h					
	11 Tramal 100 mg + 100 ml EV de 8/8 h					
	12 IR - 10 UI - glicose 50% 50 ml + 100 ml SG 5% EV BIC correr em 40 min					
	13 Bicarbonato sódio 8,4% 200 ml + 200 ml SF 0,9% EV ACM					
	14 Ringer Lactato 500 ml EV ACM					
	15 Mudança de decúbito de 3/3 h					
	16 Clorexidina 0,12 % para higiene oral					
	17 Cabeceira elevada 30°					
	18 Solicito exames laboratoriais					

VIRE

Página 1



LEITO 04

19	Curativo				
20	Aguarda vaga de UTI				
21	Quemte em antebraço do L. 2.º grau + queimadura 5.º grau no				
18	Pioria				
19	Paralisação de L. 2.º grau no L. 2.º grau				
20	Paralisação de L. 2.º grau no L. 2.º grau				
25	Paralisação de L. 2.º grau no L. 2.º grau				
26	Paralisação de L. 2.º grau no L. 2.º grau				
31	Paralisação de L. 2.º grau no L. 2.º grau				
32	Paralisação de L. 2.º grau no L. 2.º grau				

00:20. Paciente com história de parada cardiorrespiratória, as 21 h tendo sido reanimado com manobras. No momento evolui com mais uma parada cardíaca, feito manobra por sucesso. 00:30 constatado o óbito.

Anestesiologista: 00:20

Paralisação de L. 2.º grau no L. 2.º grau

Luiz Francisco Nêiva Régio
Anestesiologista
CRM-PI 1525



REQUISIÇÃO DE PARECER

NOME		PRONTUÁRIO
DA CLÍNICA	Joilson Sampaio de Sampaio	
A CLÍNICA	Cirurgia Geral	LEITO
MOTIVO DA CONSULTA		
Paciente vítima de acidente automobilístico (motocicleta), politraumatizado, no intuito de avaliação.		
DATA: 13/05/17		Dr. Paulo Roberto Martins Costa Cardiologista CRM-PI 1807
		ASS. MÉDICO CONSULTANTE
PARECER		
<p>Paciente politraumatizado, com quadro TCE na manobra conservadora, necessitando avaliação da cirurgia para possível procedimento cirúrgico. No exame: Presença de sinais abdominais por conta de sinais sem outros achados no exame, incluindo TC de tórax e TC de abdome; TC de tórax sem sinais de pneumonia ou outros achados; TC de abdome: ausência de líquidos livres ou ar fora de alveoli no momento, paciente não apresenta conduta cirúrgica.</p>		
DATA: / /		Wanderley Alves de Jesus Matrícula: 3000 SABE-PI Conteúdo Original
		Edson do Salmito MÉDICO CRM-PI 6339
		Oderson MUNICÍPIO
		ASS. MÉDICO ESPECIALISTA

MOD.016 - HUT



RECEBUEIRO
19030513373232400000004259837
19030513373232400000004259837
19030513373232400000004259837

1. O presente documento tem por objeto a prestação de contas do processo de licitação nº 001/2019, que trata da contratação de serviços de consultoria e assessoria técnica para a elaboração de estudos e projetos de engenharia civil, para a execução de obras de infraestrutura urbana, no âmbito do Município de São Paulo, Estado de São Paulo.

RECEBUEIRO

8

2. O presente documento tem por objeto a prestação de contas do processo de licitação nº 001/2019, que trata da contratação de serviços de consultoria e assessoria técnica para a elaboração de estudos e projetos de engenharia civil, para a execução de obras de infraestrutura urbana, no âmbito do Município de São Paulo, Estado de São Paulo.

3. O presente documento tem por objeto a prestação de contas do processo de licitação nº 001/2019, que trata da contratação de serviços de consultoria e assessoria técnica para a elaboração de estudos e projetos de engenharia civil, para a execução de obras de infraestrutura urbana, no âmbito do Município de São Paulo, Estado de São Paulo.

4. O presente documento tem por objeto a prestação de contas do processo de licitação nº 001/2019, que trata da contratação de serviços de consultoria e assessoria técnica para a elaboração de estudos e projetos de engenharia civil, para a execução de obras de infraestrutura urbana, no âmbito do Município de São Paulo, Estado de São Paulo.

5. O presente documento tem por objeto a prestação de contas do processo de licitação nº 001/2019, que trata da contratação de serviços de consultoria e assessoria técnica para a elaboração de estudos e projetos de engenharia civil, para a execução de obras de infraestrutura urbana, no âmbito do Município de São Paulo, Estado de São Paulo.

6. O presente documento tem por objeto a prestação de contas do processo de licitação nº 001/2019, que trata da contratação de serviços de consultoria e assessoria técnica para a elaboração de estudos e projetos de engenharia civil, para a execução de obras de infraestrutura urbana, no âmbito do Município de São Paulo, Estado de São Paulo.

SISTEMATIZAÇÃO DA ASSISTÊNCIA DE ENFERMAGEM - POS - OPERATÓRIO - SRPA

NOME gabriel de souza souza IDADE anos DATA 15/05/2017
 HORÁRIO DE ADMISSÃO 23 hs 55 min TIPO DE ANESTESIA ☒ GERAL ☐ RAQUEL ☐ BLOQUEIO ☐ PERIDURAL ☐ SEDACÃO
 CIRURGIA REALIZADA Poli-trauma CIRURGIÃO

SINAIS VITAIS	ADMISSÃO	HORÁRIO	SAÍDA
PRESSÃO ARTERIAL (mmHg)			
FREQUÊNCIA CARDÍACA (bpm)			
SATURAÇÃO DE O ₂ (%)			
TEMPERATURA AXILAR (0° C)			
FREQUÊNCIA RESPIRATÓRIA (rpm)			
NOME/MATRÍCULA			

ÍNDICE DE ALDRETT-KROULIK

ATIVIDADE MUSCULAR	ADMISSÃO	SAÍDA
Movimenta os quatro membros	2 <input type="checkbox"/>	2 <input type="checkbox"/>
Movimenta dois membros	1 <input type="checkbox"/>	1 <input type="checkbox"/>
É incapaz de mover os membros voluntariamente ou sob comando	0 <input type="checkbox"/>	0 <input type="checkbox"/>
É capaz de respirar profundamente ou de tossir livremente	2 <input type="checkbox"/>	2 <input type="checkbox"/>
Apresenta dispnéia ou limitação da respiração	1 <input type="checkbox"/>	1 <input type="checkbox"/>
Tem apnéia	0 <input type="checkbox"/>	0 <input type="checkbox"/>
PA em 20% do nível pré-anestésico	2 <input type="checkbox"/>	2 <input type="checkbox"/>
PA em 20-49% do nível pré-anestésico	1 <input type="checkbox"/>	1 <input type="checkbox"/>
PA em 50% do nível pré-anestésico	0 <input type="checkbox"/>	0 <input type="checkbox"/>
Esta lúcido e orientado no tempo e espaço	2 <input type="checkbox"/>	2 <input type="checkbox"/>
Desperta, se solicitado	1 <input type="checkbox"/>	1 <input type="checkbox"/>
Não responde	0 <input type="checkbox"/>	0 <input type="checkbox"/>
SATURAÇÃO O ₂		
É capaz de manter saturação de O ₂ maior de 92% respirando em ar ambiente	2 <input type="checkbox"/>	2 <input type="checkbox"/>
Necessita de O ₂ para manter saturação maior que 90%	1 <input type="checkbox"/>	1 <input type="checkbox"/>
Apresenta saturação de O ₂ menor que 90%, mesmo com suplemento de O ₂	0 <input type="checkbox"/>	0 <input type="checkbox"/>

ESCALA DE DOR ADMISSÃO	0	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
ESCALA DE DOR ALTA	0	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10

TOTAL											
ASS.											

() Sonda Vesical	() Dreno de Sucção	() Dreno Torácico	() DVE	() Colostomia	Sonda () Nasog () Nasoe
hs mL	hs mL	hs mL	hs mL		

EVOLUÇÃO DE ENFERMAGEM:

23:55 - Paciente chega na RPA no 2º DPO de tratamento cirúrgico de poli-trauma, grave, sob sedação contínuo, intubado em VM, SNO aberta, diurese por SVD. Segue aguardando vaga de UTI.

Moema Iolys T. Barradas
 ENFERMEIRA
 COREN-PI 157450

[Assinatura]
 Moema Iolys T. Barradas
 ENFERMEIRA
 COREN-PI 157450

PRESCRIÇÃO MÉDICA	ALTA SRPA
ENCAMINHAMENTO [] EXTERNO [] SALA DE GESSO [] IMAGENS E GRÁFICOS []	HORÁRIO ANESTESIOLOGISTA

POSTO: [] 1 [] 2 [] 3 [] EMERGÊNCIA PED. UTI [] PED [] NEURO [] GERAL [] 14 [] QUEIM. CLÍNICA [] PED [] JORT [] JNEU [] CIR [] JMED.



**HOSPITAL DE URGÊNCIA DE TERESINA - HUT**

Rua Dr. Otto Tito 1820 Redenção - Fone: 86 3229 4872

TERESINA-PI CEP: 64017-770 CNPJ: 05.522.917/0022-02

LAUDO MÉDICO

Paciente: **JAILSON SOUSA DE SOUSA** (Prontuário: 405530)
Endereço: RUA 4 188 - VILA DO BEC - TERESINA - PI CEP: 64000-010
Nascimento: 19/09/1991 Idade: 25a:8m:24d Sexo: Masculino Origem: URGÊNCIA/EMERG Atendimento: 606925
Requisição: 742056 Solicitação: 13/05/2017 Solicitante: FABIO MARCOS DE SOUSA
Controle: 923750 Convênio: S U S

RELATÓRIO:

Cod. SIA: 0206010010

Data Exame: 13/05/2017

T.C. DE COLUNA CERVICAL

EXAME REALIZADO ATRAVÉS DE CORTES AXIAIS COM 5mm DE ESPESSURA E 5mm DE INCREMENTO, MOSTROU:

- ESTRUTURA E DENSIDADE ÓSSEAS CONSERVADAS.
- CORPOS VERTEBRAIS CERVICAIS BEM ALINHADOS E COM CONFIGURAÇÃO ANATÔMICA.
- LÂMINAS E PEDÍCULOS ÍNTEGROS.
- ARTICULAÇÕES INTERAPOFISÁRIAS E UNCOVERTEBRAIS SEM ALTERAÇÕES.
- CANAL MEDULAR ÓSSEO COM DIMENSÕES ANATÔMICAS.
- FORAMES NEURAI AMPLOS.

CONCLUSÃO: EXAME NORMAL.

(JOAO ANTONIO)

TERESINA - PI 13/05/2017

RAPHAEL VELOSO NUNES MARTINS

CPF: 940.719.343-87 CRM 3645

Profissional Responsável

Handwritten signature and stamp of Raphael Veloso Nunes Martins, Médico, Matrícula: 7055, SAE-HUT, Colégio com Original.



**HOSPITAL DE URGÊNCIA DE TERESINA - HUT**

Rua Dr. Otto Tito 1820 Redenção - Fone: 86 3229 4872

TERESINA-PI CEP: 64017-770 CNPJ: 05.522.917/0022-02

LAUDO MÉDICO

Paciente: **JAILSON SOUSA DE SOUSA** (Prontuário: 405530)
Endereço: RUA 4 188 - VILA DO BEC - TERESINA - PI CEP: 64000-010
Nascimento: 19/09/1991 Idade: 25a:8m:24d Sexo: Masculino Origem: URGÊNCIA/EMERG Atendimento: 606925
Requisição: 742057 Solicitação: 13/05/2017 Solicitante: FABIO MARCOS DE SOUSA
Controle: 923751 Convênio: S U S

RELATÓRIO:

Cod. SIA: 0206010079

Data Exame: 13/05/2017

T.C. DE CRANIO

TÉCNICA: Foram realizados cortes axiais de 5 e 10mm de espessura da base a convexidade do crânio no plano canto-meatal.

RELATÓRIO:

- EDEMA/HEMATOMA SUBGALEAL FRONTO-TEMPORAL E NA HEMIFACE À ESQUERDA.
- PARENQUIMA CEREBRAL E CEREBELAR COM COEFICIENTE DE ATENUAÇÃO DENTRO DA NORMALIDADE.
- AUSÊNCIA DE COLEÇÃO EXTRA- AXIAL.
- SISTEMA VENTRICULAR COM DIMENSÕES E MORFOLOGIA NORMAIS.
- CISTERNAS E SULCOS DA CONVEXIDADE SEM ALTERAÇÕES.
- AUSÊNCIA DE CALCIFICAÇÕES PATOLÓGICAS.

(JOAO ANTONIO)

TERESINA - PI 13/05/2017

RAPHAEL VELOSO NUNES MARTINS

CPF: 940.719.343-87 CRM 3645

Profissional Responsável

Wanderley Alves dos Santos
Médico: 7073
SAÚDE-HV
Confere o laudo



**HOSPITAL DE URGÊNCIA DE TERESINA - HUT**

Rua Dr. Otto Tito 1820 Redenção - Fone: 86 3229 4872

TERESINA-PI CEP: 64017-770 CNPJ: 05.522.917/0022-02

LAUDO MÉDICO

Paciente: **JAILSON SOUSA DE SOUSA** (Prontuário: 405530)
Endereço: RUA 4 188 - VILA DO BEC - TERESINA - PI CEP: 64000-010
Nascimento: 19/09/1991 Idade: 25a:8m:24d Sexo: Masculino Origem: URGÊNCIA/EMERG Atendimento: 606925
Requisição: 742058 Solicitação: 13/05/2017 Solicitante: FABIO MARCOS DE SOUSA
Controle: 923752 Convênio: S U S

RELATÓRIO:

Cod. SIA: 0206010044

Data Exame: 13/05/2017

T.C. DE FACE

EXAME REALIZADO ATRAVÉS DE AQUISIÇÃO HELICOIDAL E RECONSTRUÇÕES COM 3MM DE ESPESSURA E 3MM DE INCREMENTO, EVIDENCIOU:

- FRATURA COMINUTIVA, COM FRAGMENTOS ÓSSEOS DESTACADOS, ACOMETENDO O COMPLEXO ÓRBITO-MAXILO-ZIGOMÁTICO ESQUERDO.
- OBSERVA-SE AINDA, MÚLTIPLAS OUTRAS FRATURAS NA FACE, ASSIM LOCALIZADAS:
 - * ARCO ZIGOMÁTICO DIREITO;
 - * ÂNGULO DIREITO E CORPO ESQUERDO DA MANDÍBULA;
 - * PROCESSO CORONÓIDE ESQUERDO DA MANDÍBULA;
 - * PAREDES DOS SEIOS MAXILARES;
 - * PAREDE LATERAL DA ÓRBITA DIREITA;
 - * PROCESSOS PTERIGÓIDES;
 - * ETMÓIDE E ESFENÓIDE;
 - * OSSOS NASAIS E PROCESSOS FRONTAIS DA MAXILA;
 - * EMINÊNCIA TEMPORAL E PORÇÃO TIMPÂNICA DO OSSO TEMPORAL ESQUERDO.
- HEMOSSINUS DIFUSO.

(JOAO ANTONIO)

TERESINA - PI 13/05/2017

RAPHAEL VELOSO NUNES MARTINS

CPF: 940.719.343-87 CRM 3645

Profissional Responsável

13/05/2017
Wanderc
Rafael Veloso Nunes Martins
CPF: 940.719.343-87
CRM: 3645
Assinado Original





HOSPITAL DE URGÊNCIA DE TERESINA - HUT

Rua Dr. Otto Tito 1820 Redenção - Fone: 86 3229 4872

TERESINA-PI CEP: 64017-770 CNPJ: 05.522.917/0022-02

LAUDO MÉDICO

Paciente: **JAILSON SOUSA DE SOUSA (Prontuário: 405530)**
 Endereço: RUA 4 188 - VILA DO BEC - TERESINA - PI CEP: 64000-010
 Nascimento: 19/09/1991 Idade: 25a:8m:24d Sexo: Masculino Origem: URGÊNCIA/EMERG Atendimento: 606925
 Requisição: 742059 Solicitação: 13/05/2017 Solicitante: FABIO MARCOS DE SOUSA
 Controle: 923753 Convênio: S U S

RELATÓRIO:

Cod. SIA: 0206020031

Data Exame: 13/05/2017

T.C. DE TORAX

EXAME REALIZADO ATRAVÉS DE AQUISIÇÃO HELICOIDAL E RECONSTRUÇÕES COM 10MM DE ESPESSURA E 10MM DE INCREMENTO, MOSTROU:

- TUBO ENDOTRAQUEAL, BEM POSICIONADO.
- OPACIDADES CENTROACINARES ESPARSAS BILATERALMENTE.
- CONSOLIDAÇÕES PARENQUIMATOSAS NAS PORÇÕES POSTERIORES DE AMBOS OS PULMÕES.
- TRAQUEIA E BRÔNQUIOS-FONTE PERMEÁVEIS.
- AUSÊNCIA DE DERRAME PLEURAL.
- NÃO HÁ EVIDÊNCIA DE LINFONODOMEGALIAS MEDIASTINAIS E/OU HILARES.
- ESTRUTURAS MEDIASTINAIS SEM ALTERAÇÕES.
- FRATURA NA ESCÁPULA ESQUERDA.

(JOAO ANTONIO)

TERESINA - PI 13/05/2017

RAPHAEL VELOSO NUNES MARTINS

CPF: 940.719.343-87 CRM 3645

Profissional Responsável

[Handwritten signature and stamp]
 Raphael Veloso Nunes Martins
 CRM 3645
 HUT
 Original



SINISTRO 3170502710 Resultado de consulta por
beneficiário

VÍTIMA JAILSON SOUSA DE SOUSA

COBERTURA Morte

**PONTO DE ATENDIMENTO RECEPTOR DO PEDIDO DE
INDENIZAÇÃO** GENTE SEGURADORA S/A

BENEFICIÁRIO MARIA DAS GRACAS DE CARVALHO DE SOUSA
CPF/CNPJ: 84812885353

Posição em 15-12-2017 18:22:36

Pagamento creditado ao beneficiário de acordo com os dados
informados na autorização de pagamento.

